An. et vol. XXXIV 23 Novembris 1942 (Ser. II, v. IX) - Num. 11

# ACTA APOSTOLICAE SEDIS

## COMMENTARIUM OFFICIALE

**SUMMARIUM**

**Acta Pii Pp. XII**: Nuntius radiophonicus, p. 313 - Constitutiones Apostolicae, p. 326 - Litterae Apostolicae, p. 333 - Allocutiones, p. 338 - Consacrazione al Cuore Immacolato di Maria, p. 345.

**Acta SS. Congregationum**: *S. C. de Propaganda Fide*: Instructio, p. 347.

**Acta Tribunalium**: *S. R. Rota*: Citatio edictalis, p. 350.

**Diarium Romanae Curiae**: Segreteria di Stato: Nomine, p. 351.

TYPIS POLYGLOTTIS VATICANIS

M · DCCCC · XLII

**Directio:**
Palazzo Apostolico — Città del Vaticano
**Administratio:**
Libreria Vaticana — Città del Vaticano

**Pretium annuae subnotationis:**
In Italia, Lib. 50 — extra Italiam, *L. it.* 70 —
**Pretium unius fasciculi:**
In Italia, Lib. 4,50 extra Italiam, *L. it.* 5 —

« *Bis fere in mense* (Commentarium) *prodibit ac quotiescumque vel necessitas vel utilitas id postulare videbitur* » (Ex *Commentarii Officialis* ratione, die 29 Octobris 1908 edita).

# INDEX HUIUS FASCICULI

(An. XXXIV, n. 11 - 23 Novembris 1942)

## ACTA PII PP. XII


NUNTIUS RADIOPHONICUS

PAG.

*Mais de uma vez.* – A Beatissimo Patre die 31 mensis Octobris a. 1942 ad Lusitaniae christifideles missus, ob sacra sollemnia in honorem B. Mariae Virginis, quae in oppido Fátima veneratur . . . . . 313

e lingua lusitana versio italica . . . . 319

CONSTITUTIONES APOSTOLICAE

I. *Mariannensis et Juiz de Fora* (Leopoldinensis). – Ab archidioecesi Mariannensi et a dioecesi de Juiz de Fora territorii pars dismembratur et nova exinde erigitur dioecesis Leopoldinensis. – *28 Martii 1942* . . . . . 326

II. *De Beni* (De Pando). – Ex Vicariatu Apostolico « de Beni » in Bolivia territorii pars seiungitur et novus exinde Vicariatus erigitur sub nomine « de Pando ». – *29 Aprilis 1942* . . . . . 329

III. *De Bobo-Dioulasso et Aliorum* (Gaoensis). – A Vicariatibus Apostolicis de Bobo-Dioulasso, de Ouagadougou et de Bamako, in Africa Occidentali Gallica, territorii partes seiunguntur, atque nova exinde Praefectura Apostolica « Gaoensis » erigitur. – *9 Iunii 1942* . . . . . 330

IV. *De Fengsiangfu.* – Praefectura Apostolica de « Fengsiangfu », in Sinis, ad Vicariatus Apostolici gradum, iisdem servatis nomine et limitibus, evehitur. – *9 Iunii 1942* . . . . . 332

LITTERAE APOSTOLICAE

I. *Quae in templorum.* – Templum in honorem Sancti Isidori, Episcopi Hispalensis et Ecclesiae Doctoris, in civitate ac dioecesi Legionensi Deo dicatum, Basilicae Minoris titulo et privilegiis honestatur. – *4 Aprilis 1942* 333

II. *Bonaërense templum.* – Templum in honorem Sancti Caroli in civitate Bonaërensi Deo dicatum titulo ac dignitate Basilicae Minoris condecoratur. – *12 Iunii 1942* . . . . . 334

III. *Impositi Nobis Apostolici.* – Insularum Philippinarum Beatissima Virgo Maria titulo Immaculata Conceptio primaria universalisque Patrona et Sanctae Virgines Pudentiana ac Rosa Limana Patronae secundariae declarantur. – *12 Septembris 1942* . . . . . 336

ALLOCUTIONES

I. Ad Praelatos Auditores ceterosque Officiales et Administros Tribunalis S. Romanae Rotae necnon eiusdem Tribunalis Advocatos et Procuratores. – *1 Octobris 1942* . . . . . 338

II. Ad Sodales Societatis Italicae scientiis provehendis, qui Romae XLI Conventum egerunt. – *3 Octobris 1942* . . 343

PREGHIERA

Consacrazione al Cuore Immacolato di Maria . . . . . 345


## ACTA SS. CONGREGATIONUM

### S. CONGREGATIO DE PROPAGANDA FIDE


Instructio. De novis Praefecturis aut Vicariatibus Apostolicis aut Dioecesibus condendis. – *21 Iunii 1942* . . . . . 347


## ACTA TRIBUNALIUM

### SACRA ROMANA ROTA


Citatio edictalis: Parisien. – Nullitatis matrimonii (Du Jeu-Baude). – *29 Octobris 1942* . . . . . 350


## DIARIUM ROMANAE CURIAE


Segreteria di Stato: *Nomine* . . . . . 351

An. et vol. XXXIV 23 Novembris 1942 (Ser. II, v. IX) – Num. 11

# ACTA APOSTOLICAE SEDIS

COMMENTARIUM OFFICIALE

## ACTA PII PP. XII

### NUNTIUS RADIOPHONICUS

A BEATISSIMO PATRE DIE XXXI MENSIS OCTOBRIS A. MCMXXXXII AD LUSITANIAE CHRISTIFIDELES MISSUS, OB SACRA SOLLEMNIA IN HONOREM B. MARIAE VIRGINIS, QUAE IN OPPIDO FÁTIMA VENERATUR.

Veneraveis Irmãos e amados Filhos,

« Benedicite Deum caeli, et coram omnibus viventibus confitemini ei, quia fecit vobiscum misericordiam suam ». [1]

« Bendizei ao Deus do ceu e glorificai-o no conspecto de todos os viventes, porque Ele usou convosco das suas misericórdias ».

Mais de uma vez nêste ano de graças subistes em devota romagem à montanha santa da Fátima, levando convosco os corações de todo o Portugal crente, para aí, nêsse oásis embalsamado de fé e piedade, depositardes aos pés do vosso amor acrisolado, a homenagem da vossa gratidão pelos imensos benefícios ultimamente recebidos, a súplica confiada de que se digne continuar o seu patrocinio sôbre a vossa Pátria d'aquém e d'além mar, e estendê-lo à grande tribulação que atormenta o mundo.

Nós, que, como Pai comum dos fiéis, fazemos Nossas tanto as tristezas como as alegrias de Nossos filhos, com todo o afeto da Nossa alma Nos unimos convosco para louvar e engrandecer ao Senhor, dador de todos os bens; para bendizer e dar graças Àquela por cujas mãos a munificencia divina nos comunica torrentes de graças.

E tanto mais gostosamente o fazemos, porque vós, com delicadeza

[1] Tob. 12, 6.

filial, quisestes associar nas mesmas solenidades eucarísticas e impetratórias o jubileu de Nossa Senhora da Fátima e o vigésimo quinto aniversário da Nossa Sagração Episcopal: a Virgem Santa Maria e o Vigario de Cristo na terra, duas devoções profundamente portuguesas e sempre unidas no afeto de Portugal fidelissimo, desde os primeiros alvores da nacionalidade, desde quando as primeiras terras reconquistadas, núcleo da futura nação, foram consagradas à Mãe de Deus como *Terra de Santa Maria,* e o reino, apenas constituido, foi posto sob a égide de S. Pedro.

1. *Gratidão*

« O primeiro e maior dever do homem é o da gratidão. [2] « Nada ha tão aceito a Deus, como a alma reconhecida, que dá graças pelos benefícios recebidos ». [3]

E vós tendes uma grande dívida para com a Virgem, Senhora e Padroeira da vossa Pátria.

Numa hora trágica de trevas e desvairamento, quando a nau do Estado Português, perdido o rumo das suas mais gloriosas tradições, desgarrada pela tormenta anticristã e antinacional, parecia correr a seguro naufrágio, inconciente dos perigos presentes, e mais inconciente dos futuros, — cuja gravidade aliás nenhuma prudencia humana, por clarividente que fosse, podia então prever, — o ceu que via uns e previa os outros, interveio piedoso, e das trevas brilhou a luz, do caos surgiu a ordem, a tempestade amainou em bonança, e Portugal pôde encontrar e reatar o perdido fio das suas mais belas tradições de Nação fidelissima, para continuar, — como nos dias em que « na pequena casa Lusitana não faltavam Cristãos atrevimentos », para « a lei da vida eterna dilatar », [4] — na sua rota de glória de povo cruzado e missionário.

Honra aos beneméritos, que foram instrumento da Providencia para tão grande empresa!

Mas primeiro glória, bénção, acção de graças à Virgem Senhora, Rainha e Mãe da sua Terra de S. Maria, que tem salvado mil vezes, que sempre lhe acodiu nas horas trágicas, e que nesta talvez a mais trágica, o fez tão manifestamente, que já em 1934 Nosso Predecessor Pio XI de imortal memória, na Carta Apostólica *Ex officiosis litteris,* atestava « os extraordinários benefícios com que a Virgem Mãe de Deus

[2] S. Ambros. *De excessu fratris sui Sat.* L. I, n. 44 - Migne *PL* t. 16 col. 1361.

[3] Cfr. S. Ioannis Chrys. *Hom 52 in Gen.* - Migne *PG* t. 54 col. 460.

[4] Camões, *Lusiadas,* canto VII, oitavas 3 e 14.

acabava de favorecer a vossa Pátria ».[5] E ainda àquela data não se pensava no Voto de Maio de 1936 contra o perigo vermelho, tão temerosamente próximo e tão inesperadamente conjurado.

Ainda não era um facto a maravilhosa paz de que apesar-de tudo Portugal continua gozando; e que com todos os sacrificios que exige, sempre é imensamente menos ruinosa, do que essa guerra de exterminio que vai assolando o mundo.

Hoje que a tantos benefícios acresceram mais êstes, hoje a atmosfera de milagre que bafeja Portugal, se desentranha em prodigios físicos e em maiores e mais numerosos prodigios de graças e conversões, e florece nessa primavera perfumada de vida católica, prometedora dos melhores frutos, hoje com bem mais razão devemos confessar que a Mãe de Deus vos cumulou de benefícios realmente extraordinários; e a vós incumbe o sagrado dever de lhe renderdes infinitas graças.

E vós tendes agradecido durante êste ano, bem o sabemos.

Ao ceu devem ter sido gratas as homenagens oficiais; mas devem-no ter comovido os sacrificios das criancinhas, a oração e a penitencia sincera dos humildes.

Ao vosso activo estão consignadas nos livros de Deus:

a apoteose da Virgem Nossa Senhora na sua romagem do Santuário da Fátima à Capital do Império, durante as memorandas jornadas de oito a doze de abril passado, talvez a maior demonstração de fé da história oito vezes secular da vossa Pátria;

a peregrinação nacional de treze de Maio, « jornada heroica de sacrificio », que, por frios e chuvas e enormes distancias percorridas a pé, concentrou na Fátima, a orar, a agradecer, a desagravar, centenas de milhares de peregrinos, entre os quais se destaca cintilante de beleza renovadora o exemplo da briosa Juventude católica;

as paradas infantis da Cruzada Eucarística, em que as criancinhas tão mimosas de Jesus, com a confiança filial da inocencia, podiam protestar à Mãe de Deus que « tinham feito tudo quanto Ela pedira: orações, comunhões, sacrificios... aos milhares! » e por isso suplicavam: « Nossa Senhora da Fátima, agora é só convosco; dizei ao vosso divino Filho uma só palavra, e o mundo será salvo e Portugal livre inteiramente do flagelo da guerra »;

a preciosa corôa, feita de oiro e pedrarias, e, mais ainda, de purissimo amor e generosos sacrificios, que a treze do corrente no Santuá-

[5] *Acta Ap. Sedis*, a. XXVI 1934 p. 628.

rio da Fátima oferecestes à vossa augusta Padroeira, como símbolo e monumento perene de eterno reconhecimento.

Estas e outras belissimas demonstrações de piedade, de que, sob a zelosa actuação do Episcopado, tem sido fértil em todas as dioceses e paróquias êste ano jubilar, mostram bem como o fiel povo português reconhece agradecido e quer satisfazer a sua imensa dívida para com a sua céleste Rainha e Mãe.

### 2. *Confiança*

A gratidão pelo passado é penhor de confiança para o futuro. « Deus exige de nós que lhe rendamos graças pelos benefícios recebidos », não por que precise dos nossos agradecimentos, mas « para que êstes o provoquem a conceder-nos benefícios ainda maiores ». [6] Por isso è justo confiar que também a Mãe de Deus, aceitando o vosso rendimento de graças, não deixará incompleta a sua obra e vos continuará indefectivel o patrocínio até hoje dispensado, preservando-vos de mais graves calamidades.

Mas para que a confiança não seja presumida, é preciso que todos, concientes das proprias responsabilidades, se esforcem por não desmerecer o singular favor da Virgem Mãe, antes, como bons filhos, agradecidos e amantes, conciliem cada vez mais o seu materno carinho, — é preciso que, escutando o conselho materno que Ela dava nas bôdas de Caná, façamos tudo o que Jesus nos diz; [7] e Ele diz a todos que façam penitencia, *poenitentiam agite;* [8] que emendem a vida e fujam do pecado, que é a causa principal dos grandes castigos com que a Justiça do Eterno penitencia o mundo; que em meio dêste mundo materialisado e paganizante, em que toda a carne corrompeu os seus caminhos, [9] sejam o sal e a luz que preserva e ilumina; cultivem esmeradamente a pureza, reflitam nos seus costumes a austeridade santa do Evangelho, e desassombradamente e a todo o custo, como protestava a Juventude católica em Fátima, « vivam como católicos sinceros e convictos a cem por cem! » Mais ainda: que cheios de Cristo, difundam em torno de si ao perto e ao longo o perfume de Cristo, e com a prece assidua, particularmente com o Terço quotidiano, e com os sacrificios que o zelo generoso inspira, procurem ás almas pecadoras a vida da graça e a vida eterna.

[6] Cfr. S. Ioannis Chrys. *Hom. 52 in Gen.* - Migne *PG* t. 54 col. 460.
[7] Cfr. Io. 2, 5.
[8] Matth. 4, 17.
[9] *Gen.* 6, 12.

Então invocareis confiadamente o Senhor e Ele vos ouvirá, chamareis pela Mãe de Deus e Ela responderá: eis-me aqui![10] Então não vigiará debalde o que defende a cidade, porque o Senhor velará com êle e a defenderá; nem será mal segura a casa reconstruida sobre os alicerces de uma ordem nova, porque o Senhor a cimentará.[11] Feliz do povo cujo Senhor é Deus, cuja Rainha é a Mãe de Deus. Ela intercederá e Deus abençoará o seu povo com a paz, compendio de todos os bens: *Dominus benedicet populo suo in pace.*[12]

### 3. *Súplica*

Mas vós não vos desinteressais (quem pode desinteressar-se?) da imensa tragédia que atormenta o mundo. Antes quanto mais assinaladas são as mercês que hoje agradeceis a Nossa Senhora da Fátima, quanto mais segura é a confiança que n'Ela depositais relativamente ao futuro, quanto mais perto de vós a sentis, protegendo-vos com seu manto de luz, tanto mais trágica aparece, pelo contraste, a sorte de tantas nações dilaceradas pela maior calamidade da história.

Temerosa manifestação da Justiça divina! Adoremo-la tremendo; mas não duvidemos da divina Misericórdia, porque o Pai, que está nos ceus, não a esquece nem sequer nos dias da sua ira: *Cum iratus fueris, misericordiae recordaberis.*[13]

Hoje, que o quarto ano de guerra amanheceu mais sombrio ainda, num sinistro alastrar do conflito, hoje mais que nunca só nos resta a confiança em Deus e, como Medianeira perante o trono divino, Aquela que um Nosso Predecessor, no primeiro confito mundial, mandou invocar como Rainha da Paz.

Invoquemo-la mais uma vez, que só Ela nos pode valer! Ela, cujo Coração materno se comoveu perante as ruinas que se amontoavam na vossa Pátria e tão maravilhosamente a socorreu; Ela que condoída na previsão desta imensa desventura, com que a Justiça de Deus penitencia o mundo, já de antemão apontava na oração e na penitencia o caminho da salvação, Ela não nos ha de negar a sua ternura materna e a eficácia do seu patrocinio.

Rainha do Santissimo Rosario, auxílio dos cristãos, refúgio do género humano, vencedora de todas as grandes batalhas de Deus! ao vosso trono súplice nos prostramos, seguros de conseguir misericórdia

[10] Cfr. Is. 58, 9.
[11] Cfr. Ps. 126, 1-2.
[12] Ps. 28, 11.
[13] Hab. 3, 2.

e de encontrar graça e auxílio oportuno nas presentes calamidades, não pelos nossos méritos, de que não presumimos, mas unicamente pela imensa bondade do vosso Coração materno.

A Vós, ao vosso Coração Imaculado, Nós como Pai comum da grande familia cristã, como Vigário d'Aquêle a quem foi dado todo o poder no ceu e na terra, [14] e de quem recebemos a solicitude de quantas almas remidas com o seu sangue povoam a mundo universo, - a Vós, ao vosso Coração Imaculado, nesta hora trágica da história humana, confiamos, entregamos, consagramos não só a Santa Igreja, corpo místico de vosso Jesus, que pena e sangra em tantas partes e por tantos modos atribulada, mas também todo o mundo, dilacerado por exiciais discórdias, abrasado em incendios de ódio, vitima de suas próprias iniquidades.

Comovam-Vos tantas ruinas materiais e morais; tantas dores, tantas agonias dos pais, das mães, dos esposos, dos irmãos, das criancinhas inocentes; tantas vidas ceifadas em flor; tantos corpos despedaçados numa horrenda carnificina; tantas almas torturadas e agonizantes, tantas em perigo de se perderem eternamente!

Vós, Mãe de misericórdia, impetrai-nos de Deus a paz! e primeiro as graças que podem num momento converter os humanos corações, as graças que preparam, conciliam, asseguram a paz! Rainha da paz, rogai por nós e dai ao mundo em guerra a paz por que os povos suspiram, a paz na verdade, na justiça, na caridade de Cristo. Dai-lhe a paz das armas e das almas, para que na tranquilidade da ordem se dilate o Reio de Deus.

Estendei a vossa protecção aos infiéis e a quantos jazem ainda nas sombras da morte; dai-lhes a paz e fazei que lhes raie o Sol da verdade, e possam connosco, diante do único Salvador do mundo, repetir: Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade! [15]

Aos povos pelo êrro ou pela discordia separados, nomeadamente àquêles que Vos professam singular devoção, onde não havia casa que não ostentasse a vossa veneranda icone (hoje talvez escondida e reservada para melhores dias), dai-lhes a paz e reconduzi-os ao único redil de Cristo, sob o único e verdadeiro Pastor.

Obtende paz e liberdade completa à Igreja santa de Deus; sustai o dilúvio inundante de neo-paganismo, todo matéria; e fomentai nos fiéis o amor da pureza, a prática da vida cristã e o zelo apostólico, para que o povo dos que servem a Deus, aumente em mérito e em número.

Enfim como ao Coração do vosso Jesus foram consagrados a Igreja

[14] Matth. 28, 18.

[15] Luc. 2, 14.

e todo o género humano, para que, colocando nÊle todas as suas esperanças, lhes fosse sinal e penhor de vitória e salvação, [16] assim desde hoje Vos sejam perpetuamente consagrados também a Vós e ao vosso Coração Imaculado, ó Mãe nossa e Rainha do mundo: para que o vosso amor e patrocinio apresse o triunfo do Reino de Deus, e todas as gerações humanas, pacificadas entre si e com Deus, a Vós proclamem bem-aventurada, e convosco entoem, de um polo ao outro da terra, o eterno Magnificat de glória, amor, reconhecimento ao Coração de Jesus, onde só podem encontrar a Verdade, a Vida e a Paz.

Na esperança de que estas Nossas súplicas e votos sejam favoravelmente acolhidos pela divina Bondade, a vós, dilecto Cardeal Patriarca e veneraveis Irmãos, e ao vosso Clero, para que a graça do alto fecunde cada vez mais o vosso zelo; ao Exc.mo Presidente da República, ao ilustre Chefe e aos membros do Governo e mais Autoridades civis, para que o Ceu nesta hora singularmente grave e dificil continue a assistí-los na sua actividade em prol do bem comum e da paz; a todos os Nossos amados Filhos de Portugal continental, insular e ultramarino, para que a Virgem Senhora confirme o bem que em vós se ha dignado operar; a todos e cada um dos Portugueses, como penhor das graças celestes, damos com todo o amor e carinho paterno a Bénção Apostólica.

(*e lingua lusitana versio italica*)

Venerabili Fratelli e diletti Figli,

« Benedicite Deum coeli, et coram omnibus viventibus confitemini ei, quia fecit vobiscum misericordiam suam ». [1]

« Benedite il Dio del cielo e glorificatelo al cospetto di tutti i viventi, perchè Egli ha usato con voi le sue misericordie ».

Più volte in questo anno di grazia voi siete saliti in devoto pellegrinaggio alla montagna santa di Fatima, e con voi avete recato i cuori di tutto il Portogallo credente per deporre, in quella oasi balsamica di fede e di pietà, ai piedi della Vergine patrona, il tributo filiale del vostro più puro amore, l'omaggio della vostra riconoscenza per gli immensi benefici di recente ricevuti, la preghiera fiduciosa perchè Ella si degni di continuare il suo patrocinio sulla vostra Patria, di qua e

[16] Cfr. Litt. Enc. *Annum Sacrum*: *Acta Leonis XIII* vol. 19 p. 79.

[1] Tob. 12, 6.

di là dal mare, e di estenderlo alla grande tribolazione che affligge il mondo.

Noi che, come Padre comune dei fedeli, facciamo Nostre le tristezze e le gioie dei Nostri figli, con tutto l'affetto della Nostra anima Ci uniamo a voi per lodare e magnificare il Signore, datore di ogni bene; per benedire e ringraziare Colei, per le cui mani la munificenza divina ci comunica torrenti di grazie.

E tanto più di buon grado lo facciamo in quanto voi, con filiale delicatezza, avete voluto associare nelle medesime solennità eucaristiche e impetratorie il giubileo della Madonna di Fatima e il venticinquesimo anniversario della Nostra Consacrazione Episcopale: la Santissima Vergine Maria e il Vicario di Cristo in terra, due devozioni così care ai portoghesi e sempre unite nell'affetto del fedelissimo Portogallo, fin dagli albori della sua vita nazionale, fin da quando le prime terre riconquistate, nucleo della futura nazione, vennero consacrate alla Madre di Dio come *Terra di Santa Maria*, e il regno, appena costituito, fu posto sotto l'egida di S. Pietro.

### 1. *Riconoscenza*

« Il primo e più grande dovere dell'uomo è quello della gratitudine ». [2] « Nulla è così accetto a Dio, come l'anima riconoscente, che rende grazie per i benefici ricevuti ». [3]

E voi avete un gran debito verso la Vergine, Signora e Patrona della vostra Patria.

In un'ora tragica di tenebre e di disorientamento allorchè la nave dello Stato portoghese, smarrita la rotta delle sue più gloriose tradizioni, sperduta nella tormenta anticristiana e antinazionale, sembrava correre verso inevitabile naufragio, inconscia dei pericoli presenti e più ancora inconsapevole di quelli futuri — la cui gravità del resto nessuna prudenza umana, per quanto accorta, poteva allora prevedere — il Cielo, che vedeva gli uni e prevedeva gli altri, intervenne pietoso, e dalle tenebre scaturì la luce, dal caos emerse l'ordine, la tempesta si mutò in bonaccia, e il Portogallo potè trovare e riannodare il perduto filo delle sue più belle tradizioni di Nazione fedelissima, per proseguire — come nei giorni in cui « nella piccola casa Lusitana non mancavano cristiani ardimenti » per « dilatare la legge della vita eterna » [4] — nel suo cammino glorioso di popolo crociato e missionario.

[2] S. Ambrosii, *De excessu fratris sui Sat.* l. I, n. 44; Migne *PL* t. 16 col. 1361.

[3] Cfr. S. Ioannis Chrys. *Hom. 52 in Gen.* - Migne *PG* t. 54 col. 460.

[4] Camões, *Lusiadas*, canto VII, ottave 3 e 14.

Onore ai benemeriti, che furono strumento della Provvidenza per così grande impresa!

Ma la prima gloria, benedizione, e azione di grazie è dovuta alla Vergine Nostra Signora, Regina e Madre della Terra di S. Maria, che Ella mille volte salvò, che sempre sorresse nelle ore tragiche, — e in quest'ora, forse la più tragica, così manifestamente ha fatto — sicchè già nel 1934 il Nostro Predecessore Pio XI di immortale memoria, nella Lettera Apostolica *Ex officiosis litteris,* attestava « gli straordinari benefici con cui la Vergine Madre di Dio si era degnata anche recentemente di favorire la vostra Patria ». [5] E in quel momento non ancora si pensava al Voto del Maggio del 1936 contro il pericolo rosso, tanto paurosamente vicino e tanto insperatamente scongiurato.

Non era peranco attuata la meravigliosa pace di cui, nonostante tutto, il Portogallo al presente gode, e la quale, nonostante i sacrifici che esige, è sempre immensamente meno rovinosa della guerra di sterminio che va devastando il mondo.

Oggi in cui ai tanti benefici si sono aggiunti anche questi, e l'atmosfera di miracolo che aleggia sul Portogallo si espande in prodigi materiali e in più grandi e più numerosi prodigi di grazie e di conversioni, e fiorisce in una primavera splendente di vita cattolica che promette i migliori frutti, oggi con ben più ragione dobbiamo confessare che la Madre di Dio vi ha ricolmati di favori veramente straordinari; a voi perciò incombe il sacro dovere di renderle incessante riconoscenza.

E voi avete ringraziato durante tutto questo anno, ben lo sappiamo.

Al Cielo devono essere stati accetti gli omaggi ufficiali; ma lo avranno ancor più commosso i sacrifici dei pargoletti, la preghiera e la penitenza sincera degli umili.

Al vostro attivo sono scritte nel libro di Dio:

l'apoteosi della Vergine Nostra Signora nel suo viaggio dal Santuario di Fatima alla Capitale dell'Impero, durante le memorande giornate dall'8 al 12 dell'aprile scorso, forse la più grande dimostrazione di fede della storia otto volte secolare della vostra Patria;

il pellegrinaggio nazionale del 13 maggio « giornata eroica del sacrificio » che, nonostante il freddo, le pioggie e le distanze enormi percorse a piedi, raccolse in Fatima, per pregare, ringraziare, riparare, centinaia di migliaia di devoti, tra i quali eccelle, rigogliosa di bellezza, l'esempio della balda Gioventù Portoghese;

[5] *Acta Apostolicae Sedis,* an. XXVI 1934 p. 628.

le adunanze infantili della Crociata Eucaristica, nelle quali i fanciulli, così prediletti da Gesù, con la fiducia filiale dell'innocenza, attestarono alla Madre di Dio di « aver completamente ottemperato a quanto Ella aveva chiesto: preghiere, comunioni, sacrifici... a migliaia! » e perciò supplicavano: « Nostra Signora di Fatima, adesso e solo con Voi; dite al vostro divino Figlio una sola parola e il mondo sarà salvo e il Portogallo preservato completamente dal flagello della guerra »;

la preziosa corona, di oro e di gemme preziose, e, più ancora, di purissimo amore e di generosi sacrifici, che il 13 del corrente mese avete offerto nel Santuario di Fatima alla vostra augusta Patrona, come simbolo e monumento perenne di eterna gratitudine.

Queste e altre bellissime dimostrazioni di pietà, di cui, sotto le zelanti direttive dell'Episcopato, vi è stata tanta ricchezza in tutte le diocesi e parrocchie nel presente anno giubilare, dimostrano bene quanto il fedele popolo portoghese grato riconosca l'immenso debito verso la celeste Regina e Madre, e come ad esso intenda di soddisfare.

### 2. *Fiducia*

La gratitudine per il passato è pegno di fiducia per il futuro. « Dio esige da noi che lo ringraziamo dei benefici ricevuti », non perchè abbia bisogno dei nostri ringraziamenti, ma « affinchè questi lo inducano a concedercene altresì dei maggiori ». [6] Pertanto è giusto sperare che anche la Madre di Dio, accettando il vostro ringraziamento, non lascerà incompleta la sua opera e proseguirà ad accordarvi quell'indefettibile patrocinio sino ad ora elargitovi, liberandovi da più gravi calamità.

Ma affinchè la speranza non sia presunzione, è necessario che tutti, consci delle proprie responsabilità, procurino di non rendersi indegni del singolare favore della Vergine Madre, anzi, da buoni figliuoli, riconoscenti e affettuosi, meritino sempre più la sua squisita tenerezza. Bisogna che, accogliendo il consiglio materno che Ella dava alle nozze di Cana, noi facciamo tutto ciò che Gesù ci dice: [7] ed Egli dice a tutti di far penitenza, *poenitentiam agite;* [8] di mutare vita e fuggire il peccato, causa principale dei grandi castighi con cui la Giustizia dell'Eterno affligge il mondo; di essere, in mezzo a questo mondo materialista e paganizzante, nel quale tutta la carne corruppe le sue vie, [9] il sale

[6] Cfr. S. Ioannis Chrys. *Hom. 52 in Gen.* - Migne *PG* t. 54 col. 460.
[7] Cfr. Io. 2, 5.
[8] Matth. 4, 17.
[9] *Gen.* 6, 12.

che preserva e la luce che illumina; di onorare con impegno la purezza; di rispecchiare nei costumi l'austerità santa del Vangelo, e coraggiosamente e ad ogni costo, come proclamava la Gioventù cattolica a Fatima, « di vivere come cattolici sinceri e convinti al cento per cento! ». E inoltre: pieni di Cristo, occorre diffondere intorno a sè, vicino e lontano, l'odore di Cristo, e colla preghiera assidua, particolarmente con il Rosario quotidiano, e con i sacrifizi che lo zelo generoso ispira, procurare alle anime peccatrici la vita della grazia e la vita eterna.

Invocherete quindi fiduciosamente il Signore ed Egli vi ascolterà; farete appello alla Madre di Dio ed Ella vi risponderà: eccomi! [10] Non vigilerà perciò invano colui che difende la città, perchè il Signore vigila con lui e la difenderà; e non sarà mal sicura la casa ricostruita sulle fondamenta di un ordine nuovo, perchè il Signore la consoliderà. [11] Beato il popolo il cui Signore è Iddio, e la cui Regina è la Madre di Dio. Essa intercederà e Dio benedirà il suo popolo colla pace, compendio di tutti i beni: *Dominus benedicet populo suo in pace.* [12]

### 3. *Supplica*

Ma voi non vi disinteressate (chi può estraniarsene?) dell'immensa tragedia che travaglia il mondo. Anzi quanto più segnalati sono i vantaggi di cui oggi rendete grazie alla Madonna di Fatima, quanto più sicura è la fiducia che in Lei riponete per l'avvenire, quanto più vicina a voi la sentite mentre Ella vi protegge col suo manto di luce, tanto più tragica appare, nel confronto, la sorte di tante nazioni sconvolte dalla più grande calamità che la storia ricordi. Grandiosa manifestazione della divina Giustizia! Adoriamola tremando; ma non dubitiamo però della divina Misericordia, poichè il Padre, che sta nei cieli, non la dimentica neppure nei giorni della sua ira: *Cum iratus fueris, misericordiae recordaberis.* [13]

Oggi, al quarto anno di guerra sorto più tetro col sinistro estendersi del conflitto, oggi più che mai ci resta soltanto la fiducia in Dio e, come Mediatrice innanzi al trono divino, Colei che un Nostro Predecessore, nel primo conflitto mondiale, ordinò di invocare quale Regina della Pace.

Invochiamola ancora una volta, chè solamente Ella può aiutarci! Maria, il cui Cuore materno si commosse dinnanzi alle rovine che si

[10] Cfr. Is. 58, 9.
[11] Cfr. Ps. 126, 1-2.
[12] Ps. 28, 11.
[13] Hab. 3, 2.

accumulavano nella vostra Patria e sì meravigliosamente la soccorse; Maria, che, mossa a pietà nella previsione dell'attuale immensa sventura, con la quale la Giustizia di Dio castiga il mondo, già anticipatamente indicava nell'orazione e nella penitenza la strada della salvezza, Maria non ci negherà il suo materno affetto e l'efficacia della sua protezione.

Regina del Santissimo Rosario, ausilio dei cristiani, rifugio del genere umano, vincitrice di tutte le battaglie di Dio! supplici ci prostriamo al vostro trono, sicuri di impetrare misericordia e di ricevere grazie e opportuno aiuto e difesa nelle presenti calamità, non per i nostri meriti, dei quali non presumiamo, ma unicamente per l'immensa bontà del vostro materno Cuore.

A Voi, al vostro Cuore Immacolato, Noi, quale Padre comune della grande famiglia cristiana, come Vicario di Colui al quale fu concesso ogni potere in cielo e in terra, [14] e dal quale ricevemmo la cura di quante anime redente col suo sangue popolano l'universo mondo, — a Voi, al vostro Immacolato Cuore, in quest'ora tragica della storia umana, affidiamo, rimettiamo, consacriamo non solo la Santa Chiesa, corpo mistico del vostro Gesù, che soffre e sanguina in tante parti e in tanti modi tribolata, ma anche tutto il mondo straziato da feroci discordie, riarso in un incendio di odio, vittima delle proprie iniquità.

Vi commuovano tante rovine materiali e morali; tanti dolori, tante angoscie di padri e di madri, di sposi, di fratelli, di bambini innocenti; tante vite in fiore stroncate; tanti corpi lacerati nell'orrenda carneficina; tante anime torturate e agonizzanti, tante in pericolo di perdersi eternamente!

Voi, o Madre di misericordia, impetrateci da Dio la pace! e anzitutto quelle grazie che possono in un istante convertire i cuori umani, quelle grazie che preparano, conciliano, assicurano la pace! Regina della pace, pregate per noi e date al mondo in guerra la pace che i popoli sospirano, la pace nella verità, nella giustizia, nella carità di Cristo. Dategli la pace delle armi e la pace delle anime, affinchè nella tranquillità dell'ordine si dilati il Regno di Dio.

Accordate la vostra protezione agli infedeli e a quanti giacciono ancora nelle ombre della morte; concedete loro la pace e fate che sorga per essi il Sole della verità, e possano, insieme con noi, innanzi all'unico Salvatore del mondo ripetere: *Gloria a Dio nel più alto dei cieli e pace in terra agli uomini di buona volontà!* [15]

[14] MATTH. 28, 18.

[15] LUC. 2, 14.

Ai popoli separati per l'errore o per la discordia, e segnatamente a coloro che professano per Voi singolare devozione, e presso i quali non c'era casa ove non si tenesse in onore la vostra veneranda icone (oggi forse occultata e riposta per giorni migliori), date la pace e riconduceteli all'unico ovile di Cristo, sotto l'unico e vero Pastore.

Ottenete pace e libertà completa alla Chiesa santa di Dio; arrestate il diluvio dilagante del neopaganesimo, tutto materia; fomentate nei fedeli l'amore alla purezza, la pratica della vita cristiana e lo zelo apostolico, affinchè il popolo di quelli che servono Dio aumenti in meriti e in numero.

Finalmente, siccome al Cuore del vostro Gesù furono consacrati la Chiesa e tutto il genere umano, perchè, riponendo in Lui ogni speranza, Egli fosse per loro segno e pegno di vittoria e salvezza, [16] così parimenti da oggi siano essi in perpetuo consacrati anche a Voi, al vostro Cuore Immacolato, o Madre nostra e Regina del mondo: affinchè il vostro amore e patrocinio affrettino il trionfo del Regno di Dio, e tutte le genti, pacificate tra loro e con Dio, Vi proclamino beata, e con Voi intonino, da un'estremità all'altra della terra, l'eterno *Magnificat* di gloria, amore, riconoscenza al Cuore di Gesù, nel quale solo possono trovare la Verità, la Vita e la Pace.

Nella speranza che queste Nostre suppliche e questi Nostri voti siano favorevolmente accolti dalla divina Bontà, a voi, diletto Cardinale Patriarca e venerabili Fratelli e al vostro Clero, affinchè la grazia dell'alto fecondi sempre più il vostro zelo; all'Eccellentissimo Presidente della Repubblica, all'illustre Capo e ai membri del Governo e alle altre Autorità civili, affinchè il Cielo in quest'ora singolarmente grave e difficile continui ad assisterli nella loro attività a vantaggio del bene comune e della pace; a tutti i Nostri amati Figli del Portogallo continentale, insulare e transmarino, affinchè la Vergine Nostra Signora confermi il bene che in voi si è degnata di operare; a tutti e a ciascun Portoghese, come pegno dei celesti favori, impartiamo con tutto l'amore e la paterna tenerezza la Benedizione Apostolica.

[16] Cfr. Litt. Enc. *Annum sacrum*: *Acta Leonis XIII* vol. 19 p. 79.

# CONSTITUTIONES APOSTOLICAE

## I

## MARIANNENSIS ET JUIZ DE FORA (LEOPOLDINENSIS)

AB ARCHIDIOECESI MARIANNENSI ET A DIOECESI DE JUIZ DE FORA TERRITORII PARS DISMEMBRATUR ET NOVA EXINDE ERIGITUR DIOECESIS LEOPOLDINENSIS.

PIUS EPISCOPUS
SERVUS SERVORUM DEI
AD PERPETUAM REI MEMORIAM

Quae ad maius spirituale christifidelium bonum procurandum eorumdemque regimen facilius reddendum spectare dignoscuntur, ea Romanus Pontifex, pro supremo quo fungitur apostolatus munere, studiose praestare satagit. Cum itaque archidioecesis Mariannensis tam lato pateat territorio, ut non facile ab uno vel vigilantissimo Pastore regi queat, a Nobis expostulatum est ut ipsam dividere et novam erigere dioecesim decernamus. Quare, de venerabilium Fratrum Nostrorum S. R. E. Cardinalium S. Congregationi Consistoriali praepositorum consulto, praehabito quoque venerabilis Fratris Benedicti Aloisi Masella, Archiepiscopi titularis Caesariensis in Mauretania et apud Brasilianam Rempublicam Nuntii Apostolici favorabili voto, suppleto, quatenus opus sit, quorum intersit, vel aliorum qui sua interesse praesumant consensu, Nos, rei opportunitate perpensa, apostolicae Nostrae potestatis plenitudine, ab archidioecesis Mariannensis territorio quae sequuntur paroecias seiungimus: *Astolpho Dutra, Boa Familia, Cachoeira, Cataguazes, Conceiçao da Boa Vista, Santa Rita da Gloria, Dores de Victoria, Gloria de Muriahé, Guarany, Guirycema, Laranial, Leopoldina, Muriahé Barra, Muriahé, Palma, Patrocinio de Muriahé, Piacatuba, Pirauba, Recreio, Rio Branco, Rodeiro de Ubà, Rosario da Limeira, Sant'Anna de Cataguares, Sao Manoel, Sape de Ubà, Tocantins, Tuytinga, Ubà (tit. Sancti Ianuarii), Ubà (tit. B. M. V. a Ssño Rosario), Sao Geraldo, Mirahy.* Quibus paroeciis, ita ab archidioecesi Mariannensi avulsis, duas paroecias simul iungimus *Argirita* et *Providencia*, quas propterea a dioecesi de Juiz de Fora, ad quam pertinent, dismembramus; atque ex his omnibus territoriis novam erigimus et constituimus dioecesim, quam ab urbe *Leopoldina*, in qua sedem episcopalem constituimus, *Leopoldinen-*

*sem* nuncupari decernimus. Quam proinde urbem ad civitatis episcopalis fastigium extollimus, eique omnia concedimus iura et privilegia quibus ceterae episcopales civitates pollent. Cathedram autem Episcopi in ecclesia Deo in honorem Sancti Sebastiani Martyris dicata, in illa Leopoldina urbe exstante, figimus, quam igitur ecclesiam ad Cathedralis gradum et dignitatem evehimus eique et Leopoldinensibus pro tempore Episcopis omnia concedimus honores, insignia, favores, gratias, privilegia atque iura omnia, quibus ceterae cathedrales Ecclesiae earumque Praesules iure communi fruuntur, illosque pariter iisdem adstringimus oneribus et obligationibus, quibus ceteri adstringuntur. Dioecesim vero Leopoldinensem suffraganeam constituimus metropolitanae Ecclesiae Mariannensi, eiusque pro tempore Antistites metropolitico Archiepiscopi Mariannensis iuri subiicimus. Episcopalem autem mensam constituent Curiae emolumenta et ceterae oblationes, quae a fidelibus praeberi solent, praeter ea quae ad hunc finem iam collecta sunt. Cum autem praesentis temporis adiuncta haud permittant, quominus in nova hac dioecesi Canonicorum Capitulum modo instituatur, indulgemus ut interim, pro Canonicis, dioecesani Consultores ad iuris tramitem eligantur et adhibeantur. Mandamus insuper ut in hac nova dioecesi saltem parvum seminarium iuxta Codicis Iuris Canonici praescripta et normas a S. Congregatione de Seminariis et Universitatibus Studiorum traditas quam primum fieri poterit erigatur. Volumus tamen ut bini delecti iuvenes, aut modo saltem unus, huius dioecesis eiusque sumptibus in Pontificium Collegium Brasilianum in Urbe erectum non intermissa vice mittantur, ut sub oculis fere Nostris doctrina et pietate imbuantur. Quod autem attinet ad huius dioecesis regimen et administrationem, ad Vicarii Capitularis, sede vacante, electionem, ad clericorum et fidelium iura et onera aliaque huiusmodi adamussim servanda iubemus quae sacri canones praescribunt. Quod vero clerum peculiariter spectat, statuimus ut simul ac hae Litterae Nostrae ad exsecutionem demandatae fuerint, eo ipso clerici dioecesi illi censeantur adscripti in cuius territorio legitime exstant. Volumus denique ut omnia documenta et acta, quae novam hanc dioecesim respiciunt, ab archidioecesis Mariannensis et dioecesis de Juiz de Fora episcopalibus Curiis ad novae dioecesis Leopoldinensis cancellariam quam primum tradantur, ut in eius archivo diligenter asserventur. Ad quae omnia, uti supra disposita et constituta, exsecutioni mandanda venerabilem quem supra diximus Fratrem Benedictum Aloisi Masella, apud Brasilianam Rempublicam Nuntium Nostrum, delegamus eique omnes tribuimus facultates necessarias et opportunas, etiam subdelegandi ad effectum de quo agitur quemlibet virum in ecclesiastica di-

gnitate constitutum, eidemque onus imponimus peractae exsecutionis actorum exemplar ad S. Congregationem Consistorialem transmittendi. Praesentes autem Litteras et in eis contenta quaecumque nullo unquam tempore de subreptionis aut obreptionis vel nullitatis vitio seu intentionis Nostrae, vel quolibet alio, licet substantiali et inexcogitato, defectu notari, impugnari, vel in controversiam vocari posse; sed eas, tamquam ex certa scientia et potestatis plenitudine factas et emanatas, perpetuo validas exsistere et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere atque ab omnibus ad quos spectat inviolabiliter observari debere et si secus super his a quocumque, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter attentari contigerit, irritum prorsus et inane esse et fore volumus ac decernimus. Non obstantibus, quatenus opus sit, regulis in synodalibus, provincialibus, generalibus universalibusque Conciliis editis, generalibus vel specialibus Constitutionibus et Ordinationibus Apostolicis et quibusvis aliis Romanorum Pontificum Praedecessorum Nostrorum dispositionibus, ceterisque contrariis quibuscumque, etiam speciali mentione dignis, quibus omnibus per praesentes derogamus. Volumus autem et mandamus ut harum Litterarum transumptis, etiam impressis, manu tamen alicuius notarii publici subscriptis et sigillo viri in ecclesiastica dignitate vel officio constituti munitis, eadem prorsus tribuatur fides, quae hisce Litteris tribueretur, si ipsaemet exhibitae vel ostensae forent. Nemini vero hanc paginam dismembrationis, constitutionis, erectionis, concessionis, subiectionis, statuti, mandati, delegationis, derogationis et voluntatis Nostrae infringere, vel ei contraire liceat. Si quis vero ausu temerario id attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Apostolorum Petri et Pauli se noverit incursurum.

Datum Romae apud S. Petrum, anno Domini millesimo nongentesimo quadragesimo secundo, die octava et vicesima Martii mensis, Pontificatus Nostri anno quarto.

ALOISIUS Card. MAGLIONE
*a Secretis Status*

Fr. RAPHAËL C. Card. ROSSI
*S. C. Consistorialis a Secretis*

Alfonsus Carinci, *Proton. Apost.*
Franciscus Hannibal Ferretti, *Proton. Apost.*

Loco ✠ Plumbi

*Reg. in Canc. Ap., vol. LXVI, n. 22* – Al. Trussardi.

## II

# DE BENI
## (DE PANDO)

EX VICARIATU APOSTOLICO « DE BENI » IN BOLIVIA TERRITORII PARS SEIUNGITUR ET NOVUS EXINDE VICARIATUS ERIGITUR SUB NOMINE « DE PANDO ».

### PIUS EPISCOPUS
SERVUS SERVORUM DEI
AD PERPETUAM REI MEMORIAM

Ex regionibus Missionalium curis concreditis, quae nimio pateant territorio, valde prodest partes seiungere et novas exinde Missiones condere, ut, aucto Evangelii praeconum numero, christianum nomen citius faciliusque propagetur. Cum itaque Nobis relatum sit Vicariatum Apostolicum de Beni in Bolivia tam late extendi ut Missionarii Ordinis Fratrum Minorum, ibidem, vel sollertissime, adlaborantes, munus sibi creditum eo quo par est fructu exercere non possint, ex illius territorii parte novum erigere Vicariatum statuimus. Apostolicae igitur Nostrae potestatis plenitudine, de venerabilium Fratrum Nostrorum S. R. E. Cardinalium, S. Congregationi de Propaganda Fide praepositorum, consilio, suppleto, quatenus opus sit, quorum intersit, vel eorum qui sua interesse praesumant consensu, omnibus mature perpensis, certa scientia, suprema Nostra auctoritate ab Apostolico, quem supra diximus, Vicariatu de Beni territorii partem dismembramus, quae ad septentrionem et occidentem vertit eamque in novum Vicariatum Apostolicum erigimus et constituimus, hisce finibus limitatum : Ad septentrionem, linea a confluentia fluminum *Abunà* et *Madera* usque ad locum *Bolpebra* secundum politicos Reipublicae Bolivianae fines; ad occidentem, finibus politicis eiusdem Reipublicae a loco *Bolpebra* usque ad fluminis *Madidi* fontes; ad meridiem eodem *Madidi* flumine usque ad eius confluentiam cum flumine *Chumini,* dein ab hac confluentia linea usque ad fluminum *Beni* et *Rio Negro* confluentiam; ad meridiem et orientem linea quae, initium habens ab hac confluentia, pergit usque ad *Palmira* locum; ad orientem flumine *Mamoré* a *Palmira* usque ad *Abunà*. Novum hunc Vicariatum nomine *De Pando* nuncupari decernimus, eique eiusque pro tempore Vicariis Apostolicis omnia tribuimus iura, privilegia, honores et potestates, quibus ceteri per orbem Vicariatus eorumque Praesules iure communi fruuntur et gaudent, illosque pariter iisdem adstringimus oneribus et obligationibus quibus ceteri adstringuntur. Quae omnia, ut supra

disposita et constituta, rata ac valida esse volumus et iubemus, contrariis quibuscumque minime obstantibus. Harum vero Litterarum transumptis vel excerptis, manu tamen alicuius notarii publici subscriptis et sigillo viri in ecclesiastica dignitate vel officio constituti munitis, eamdem prorsus volumus haberi fidem, quae hisce Litteris haberetur, si ipsaemet exhibitae vel ostensae forent. Nemini autem hanc paginam dismembrationis, erectionis, constitutionis, concessionis, decreti et voluntatis Nostrae infringere vel ei contraire liceat. Si quis vero ausu temerario id attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Apostolorum Petri et Pauli se noverit incursurum.

Datum Romae apud S. Petrum, anno Domini millesimo nongentesimo quadragesimo secundo, die nona et vigesima Aprilis mensis, Pontificatus Nostri anno quarto.

ALOISIUS Card. MAGLIONE
*a Secretis Status*

P. Card. FUMASONI BIONDI
*S. C. de Propaganda Fide Praef.*

Carolus Respighi, *Proton. Apost.*
Alfridus Vitali, *Proton. Apost.*

Loco ✠ Plumbi

*Reg. in Canc. Ap., vol. LXVI, n. 18* - Al Trussardi.

## III

## DE BOBO-DIOULASSO ET ALIORUM (GAOENSIS)

A VICARIATIBUS APOSTOLICIS DE BOBO-DIOULASSO, DE OUAGADOUGOU ET DE BAMAKO, IN AFRICA OCCIDENTALI GALLICA, TERRITORII PARTES SEIUNGUNTUR, ATQUE NOVA EXINDE PRAEFECTURA APOSTOLICA « GAOENSIS » ERIGITUR.

PIUS EPISCOPUS
SERVUS SERVORUM DEI
AD PERPETUAM REI MEMORIAM

Quo Missionum regimini et administrationi aptius consulatur maxime confert ita earum circumscriptionem constituere, ut Evangelii praeconum opera facilior et utilior reddatur. Quod perpendentes Nos, de venerabilium Fratrum Nostrorum S. R. E. Cardinalium S. Congregationi de Propaganda Fide praepositorum consilio, quorumdam Missionum circumscriptionem in Africa Occidentali Gallica immutare novamque ibidem Praefecturam Apostolicam condere statuimus. Suppleto igitur, quatenus opus sit, quorum intersit, vel eorum, qui sua interesse praesumant,

consensu, omnibus mature perpensis ac certa scientia, suprema potestate Nostra a Vicariatibus Apostolicis de Bobo-Dioulasso, de Ouagadougou et de Bamako, Societati Missionariorum Africae, vulgo *Pères Blancs* concreditis, pro parte ad quemque spectante civiles districtus seiungimus de *San* et de *Tougan*, de *Gourma-Rarous* et de *Gao*, de *Goundam* (sed, ad septentrionem versus, usque ad vigesimam tantum parallelam lineam latitudinis borealis) et de *Issaber* vel *Niafounké*, atque de *Tombouctou* (sed, ad septentrionem versus, usque ad vigesimam tantum parallelam lineam latitudinis borealis), et de *Mopti*, qui duo districtus partim ad Vicariatum de Ouagadougou et partim ad Vicariatum de Bamako nunc pertinent. Ex omnibus hisce territoriis novam erigimus et constituimus Praefecturam Apostolicam, quam « *Gaoensem* » nuncupari volumus ac decernimus, ipsamque Societatis Missionariorum Africae sodalibus, qui in regione illa plures iam annos indefesse adlaborant, committimus, ad Nostrum tamen et Apostolicae Sedis beneplacitum. Huic autem Praefecturae eiusque pro tempore Praefectis Apostolicis omnia tribuimus iura, privilegia, honores et potestates, quibus ceterae per orbem Praefecturae earumque Praesules iure communi fruuntur et gaudent, eosque iisdem adstringimus oneribus et obligationibus, quibus ceteri adstringuntur. Quae omnia, ut supra disposita et constituta, rata ac valida esse volumus et iubemus, contrariis quibuslibet minime obstantibus. Harum vero Litterarum transumptis, etiam impressis, manu tamen alicuius Notarii publici subscriptis ac sigillo viri in ecclesiastica dignitate vel officio constituti munitis, eamdem prorsus volumus haberi fidem, quae hisce Litteris haberetur, si ipsaemet exhibitae vel ostensae forent. Nemini autem hanc paginam dismembrationis, erectionis, concessionis, statuti et voluntatis Nostrae infringere vel ei contraire liceat. Si quis vero id ausu temerario attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Apostolorum Petri et Pauli se noverit incursurum.

Datum Romae apud S. Petrum, anno Domini millesimo nongentesimo quadragesimo secundo, die nona Iunii mensis, Pontificatus Nostri anno quarto.

ALOISIUS Card. MAGLIONE
*a Secretis Status*

P. Card. FUMASONI BIONDI
*S. C. de Propaganda Fide Praef.*

Alfonsus Carinci, *Proton. Apost.*
Arthurus Mazzoni, *Proton. Apost.*

Loco ✠ Plumbi

*Reg. in Canc. Ap., vol. LXVI, n. 30* – Al. Trussardi.

## IV

## DE FENGSIANGFU

PRAEFECTURA APOSTOLICA DE « FENGSIANGFU », IN SINIS, AD VICARIATUS APOSTOLICI GRADUM, IISDEM SERVATIS NOMINE ET LIMITIBUS, EVEHITUR.

### PIUS EPISCOPUS
SERVUS SERVORUM DEI
AD PERPETUAM REI MEMORIAM

Constanti Evangelii praeconum zelo Praefecturam Apostolicam de Fengsiangfu, Ordinis Fratrum Minorum sodalibus Sinensibus concreditam, non mediocre tum quoad fidem tum quoad missionalia opera incrementum, Deo opitulante, suscepisse laeto animo accepimus. Quare venerabilibus Fratribus Nostris S. Congregationi de Propaganda Fide praepositis, ut meritae laudis quoddam daretur evangelicis operariis testimonium et iisdem animus simul ad novos maioresque in dies exantlandos labores adderetur, congruum visum est dilecti filii Ordinis Fratrum Minorum Ministri Generalis oblatis precibus annuere et Nobis proponere ut Praefectura illa in Vicariatum Apostolicum evehatur. Nos vero, suppleto, quatenus opus sit, quorum intersit vel eorum qui sua interesse praesumant consensu, ad venerabilium illorum Patrum Cardinalium sententiam libenter accedentes, omnibus mature perpensis, ac certa scientia, apostolicae Nostrae potestatis plenitudine, Praefecturam Apostolicam de Fengsiangfu in Sinis ad Vicariatus Apostolici gradum et dignitatem, eodem servato nomine, evehimus et extollimus, illumque sodalium Sinensium Ordinis Fratrum Minorum curis uti antea concreditum volumus, ad Nostrum tamen et Sedis Apostolicae beneplacitum. Novo igitur huic Vicariatui de Fengsiangfu eiusque pro tempore Vicariis Apostolicis omnia tribuimus iura, privilegia, honores et potestates, qubus ceteri per orbem Vicariatus Apostolici eorumque Praesules iure communi fruuntur et gaudent, eosque iisdem pariter adstringimus oneribus et obligationibus, quibus ceteri adstringuntur. Quae omnia, uti supra disposita et constituta, rata ac valida esse volumus et iubemus, contrariis quibuslibet minime obstantibus. Harum vero Litterarum transumptis aut excerptis, etiam impressis, manu tamen alicuius notarii publici subscriptis et viri in ecclesiastica dignitate vel officio constituti sigillo munitis, eamdem volumus haberi fidem, quae hisce Litteris haberetur, si ipsaemet exhibitae vel ostensae forent. Nemini autem hanc paginam evectionis, constitutionis, commissionis, concessionis, sta-

tuti et voluntatis Nostrae infringere vel ei contraire liceat. Si quis vero id ausu temerario attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Apostolorum Petri et Pauli se noverit incursurum.

Datum Romae apud S. Petrum, anno Domini millesimo nongentesimo quadragesimo secundo, die nona Iunii mensis, Pontificatus Nostri anno quarto.

ALOISIUS Card. MAGLIONE
*a Secretis Status*

P. Card. FUMASONI BIONDI
*S. C. de Propaganda Fide Praef.*

Ludovicus Kaas, *Proton. Apost.*
Carolus Respighi, *Proton. Apost.*

Loco ✠ Plumbi

*Reg. in Canc. Ap., vol. LXVI, n. 29* - Al. Trussardi.

## LITTERAE APOSTOLICAE

### I

TEMPLUM IN HONOREM SANCTI ISIDORI, EPISCOPI HISPALENSIS ET ECCLESIAE DOCTORIS, IN CIVITATE AC DIOECESI LEGIONENSI DEO DICATUM, BASILICAE MINORIS TITULO ET PRIVILEGIIS HONESTATUR.

Ad perpetuam rei memoriam. — Quae in templorum decoris consistunt pariter atque cultus augmento, inter ea quae Romani Pontificis curae commissa sunt disponenda, procul dubio adnumeranda sunt, ita ut, vestigiis Decessores Nostros secuti, vota iugiter excipere nitamur, quae ubique terrarum Episcopi ad Nos admovent ut Ecclesiarum suarum honori opportune prospiciatur. Quapropter cum Venerabilis Frater hodiernus Legionensium Episcopus, Nobis insigne templum dilaudans, quod in civitate episcopali sua ad honorem Sancti Isidori Deo dicatum est, eiusdemque historicas memorias commemorans, Nos enixe roget ut idem Basilicae Minoris honestare velimus titulo dignitateque, quibus plane dignum videtur, Nos huiusmodi preces benigne excipiendas censemus. Enimvero refert ipse Praesul sacrum Legionense aedificium, in quo corpus Sancti Isidori Hispalensis, Confessoris atque Ecclesiae Doctoris, pie servatur, iam saeculo undecimo, temporibus nempe heroicis quibus pro libertate Hispaniarum a Mauris vindicanda diu bella gesta sunt, una cum funebri sacello mortuis e regia Legionis stirpe destinato, formis uti aiunt romanicis ita exstructum esse, ut inter magni momenti e media aetate monumenta extra quoque hispanicas provincias recte adnumerandum sit. Addidit ipse Praesul sacram eandem aedem iam

priscis saeculis, basilicae aliquando titulo nuncupatam, ob magnam qua fruebatur auctoritatem ab episcopali iurisdictione solutam atque in fidem Sancti Petri, seu Sanctae Sedis, iuxta tunc temporis mores acceptam esse, ac postea regulari etiam Conlegiata munitam Canonicorum, qui in religiosum cultum continenter incumberent ac spirituali fidelium bono attente prospicerent; nec praetereundum esse in domo adiecta templo Bibliothecam custodiri codicibus librisque pretiosis et ad illos invisendos pervoluntandosque studiorum cultores e multis orbis terrarum partibus inibi convenire, adeo ut et ipsi non modo volumina explicent, sed isidorianum quoque templum pie adeant et Sanctum Doctorem qua Patronum invocent. Quae cum ita sint, conlatis consiliis cum Venerabili Fratre Nostro Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinali Praenestino Episcopo, Sacrae Rituum Congregationis Praefecto, certa scientia ac matura deliberatione Nostris deque Apostolicae Nostrae potestatis plenitudine, praesentium Litterarum tenore, perpetuumque in modum Ecclesiam Conlegiatam in honorem Sancti Isidori Episcopi Hispalensis et Ecclesiae Doctoris in civitate ac dioecesi Legionensi Deo dicatam ad *Basilicae Minoris* titulum dignitatemque evehimus, iuribus omnibus privilegiisque adiectis qui rite competunt. Contrariis nonobstantibus quibuslibet. Haec largimur edicimusque, decernentes praesentes Litteras firmas, validas atque efficaces iugiter exstare ac permanere; suosque plenos atque integros effectus sortiri et obtinere; illisque ad quos spectant, sive spectare poterunt, nunc et in posterum plenissime suffragari; sicque rite iudicandum esse ac definiendum; irritumque ex nunc et inane fieri, si quidquam secus, super his, a quovis, auctoritate qualibet scienter vel ignoranter attentari contigerit.

Datum Romae apud Sanctum Petrum, sub anulo Piscatoris, die IV mensis Aprilis, anno MCMXXXXII, Pontificatus Nostri quarto.

A. Card. MAGLIONE, *a Secretis Status.*

## II

TEMPLUM IN HONOREM SANCTI CAROLI IN CIVITATE BONAËRENSI DEO DICATUM TITULO AC DIGNITATE BASILICAE MINORIS CONDECORATUR.

PIUS PP. XII

Ad perpetuam rei memoriam. — Bonaërense templum, quod in honorem Sancti Caroli, vicesimo saeculo ineunte, praesertim uti Nationis Argentinae monumentum votivum ex collaticia fidelium ex eadem Re-

publica stipe erectum est in pietatis devotionisque argumentum erga Sacratissimum Cor Iesu nec non erga Beatissimam Virginem Mariam, titulo Auxiliatricem, ornatu suo non minus quam amplitudine inter pulcriores Americae Latinae sacras aedes procul dubio numerandum est. Templum vero idem loco ecclesiolae exaedificatum est, quae, a Bonaërensium Ordinario, iam Societati Sancti Francisci Salesii concredita, mox insufficiens evenerat necessitatibus adiecti, iussu Sancti Ioannis Bosco erecti, Conlegii atque amplissimae quoque paroeciae, quam presbyteri ex eadem pariter Societate ab initiis usque in praesens sollerter regendam curarunt. Hodiernum aedificium, cuius e medio tecto, vulgo transepto, pulcher octagonus tholus statuam Beatissimae Mariae Auxiliatricis exterius ferens sublime extollitur, tribus magnis navibus constat, formis, uti aiunt, romanicis-lombardis exstructum nec non crypta munitum, in qua pro animabus in Purgatorio igne detentis religiosae actiones praesertim peraguntur. Ambae autem ecclesiae, superior nempe atque inferior, non modo amplitudine sacraeque supellectilis copia sed et viginti quattuor etiam altaribus excellunt, nec non tribus organis operibusque per manus insignium artificum sive sculptis sive pictis multis, ita ut omni quo par est decore sacrae functiones expleri queant cum magno fidelium emolumento, qui cotidie ad templum idem frequentes confluunt, etiam peregrinorum more, cum ibidem devote asservetur simulacrum quoddam, ab ipsomet Sancto Ioanne Bosco benedictum, Mariae Auxiliatricis, cuius e materno gremio, quasi e fonte perenni, gratiarum series emanat innumerabilium, quas copiosa signa ex voto posita palam luculenterque omnibus testantur. Nil mirum igitur si multae catholicae consociationes in paroeciali votivo eodem templo suam habeant sedem, quae religiosa et socialia incepta fovent; ex ipso sacrae Missionariorum Salesianorum expeditiones ad Patagoniae, Chilensia ac Boliviana territoria versus pluries factae sint et fiant; ac plus quam centum ecclesiae cum adiectis conlegiis Salesianae Societatis et Filiarum Mariae Auxiliatricis e variis Americae Latinae regionibus tanquam princeps et caput hoc templum Bonaërense existiment et sequantur. Haec omnia animo repetens hodiernus rector memorati templi votivi Nationis Argentinae in honorem Sancti Caroli Deo dicati, qui et Inspectoris Societatis Salesianae munus exercet, de honore templi eiusdem augendo apprime sollicitus, ferventia quoque vota cleri populique Bonaërensis nec non Societatis suae humiliter depromens, enixis Nos precibus rogavit ut ipsum votivum templum basilicae minoris appellatione ac dignitate cohonestare dignaremur. Nos autem, quibus nihil carius est quam templum hoc pietatis tam e natione Argentina civium

quam e Bonaërensi urbe, cuius gratam iugiter memoriam servamus, monumentum praestantissimum, singulari per Nos augeatur honoris titulo, optatis huiusmodi, amplissima commendatione suffultis tum Dilecti Filii Nostri Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalis Bonaërensium Archiepiscopi, tum Apostolici Nostri Nuntii in Republica Argentina, tum Procuratoris Generalis Piae Societatis Salesianae, ultro libenterque annuendum censemus. Qua re, audito quoque venerabili Fratre Nostro Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinali Episcopo Praenestino, Sacrae Rituum Congregationis Praefecto, apostolica Nostra auctoritate, praesentium Litterarum vi, perpetuumque in modum, templum votivum Nationis Argentinae, Deo in honorem Sancti Caroli dicatum, intra civitatis atque archidioecesis Bonaërensis fines, *Basilicae Minoris* titulo ac dignitate donamus, illique omnia et singula privilegia, praerogativas atque indulta tribuimus, quae rite competunt. Contrariis non obstantibus quibuslibet. Haec vero largimur, decernentes praesentes Litteras firmas, validas atque efficaces semper exstare ac permanere, suosque plenos et integros effectus sortiri et obtinere, illisque ad quos pertinent, sive pertinere poterunt, nunc et in posterum plenissime suffragari; sicque rite iudicandum esse ac definiendum; irritumque ex nunc et inane fieri si quidquam secus, super his, a quovis, auctoritate qualibet, scienter sive ignoranter attentari contigerit.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub anulo Piscatoris, die XII mensis Iunii, anno MCMXXXXII, Pontificatus Nostri quarto.

A. Card. MAGLIONE, *a Secretis Status*.

## III

INSULARUM PHILIPPINARUM BEATISSIMA VIRGO MARIA TITULO IMMACULATA CONCEPTIO PRIMARIA UNIVERSALISQUE PATRONA ET SANCTAE VIRGINES PUDENTIANA AC ROSA LIMANA PATRONAE SECUNDARIAE DECLARANTUR.

PIUS PP. XII

Ad perpetuam rei memoriam. — Impositi Nobis Apostolici ministerii ratio postulat ut ad spirituale christifidelium bonum provehendum, Decessores Nostros vestigiis secuti, ubique terrarum dioecesibus coelestes patronos provide constituamus apud Deum, ipse qui dives est in omnes eum invocantes. Hoc sane spiritu ducti, cum edoceamur Venerabiles Fratres Archiepiscopos, Episcopos Apostolicosque Praefectos in Insulis Philippinis, iam ad annuum conventum celebrandum Manilensi in urbe

coadunatos, admodum in votis habere ut Beatissimam Virginem Mariam titulo Immaculatam Conceptionem Nos Insularum Philippinarum Patronam Primariam atque universalem, atque item Sanctam Pudentianam sanctamque Rosam Limanam patronas secundarias declarare dignemur, vota memorata excipienda ultro libenterque censemus. Enimvero Beatam Virginem titulo Immaculatam per plura saecula eisdem in insulis singulari cultu maximaque devotione christifideles venerati sunt; atque etiam in Concilio primo Manilensi provinciali, anno MCMVII feliciter habito, inclyta principalis atque universalis totius populi Philippini Maria Immaculata nuncupata est Patrona. At exstant quoque documenta historica, quae probant Sanctam Pudentianam iam a saeculo sextodecimo ac Sanctam Rosam Limanam a saeculo decimo septimo tamquam Insularum earundem Patronas habitas esse, ita ut in Missa atque in Officii divini recitatione diebus earundem Sanctarum festis potioris ritus diversitas adhuc servetur. Quibus omnibus perpensis cum nil magis opportunum Nobis videatur quam tum Beatam Virginem Immaculatam tum Sanctas memoratas dioecesium Philippinarum constitui Patronas, minime dubitantes quin magnum in bonum atque illius dioecesium ipsarum populi spirituale emolumentum hic sacer Patronatus bene vertat; audito quoque Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinali Episcopo Praenestino, Sacrae Rituum Congregationis Praefecto, certa scientia ac matura deliberatione Nostris deque Apostolicae Nostrae potestatis plenitudine, praesentium Litterarum tenore, perpetuumque in modum Beatissimam Virginem Mariam titulo Immaculatam Conceptionem primariam et universalem Patronam ac Sanctas Virgines Pudentianam et Rosam Limanam Patronas secundarias constituimus et declaramus, adiectis iuribus privilegiisque, ita ut quotannis in Missa atque in officio divino earundem Patronarum festivitates ad rubricarum normas rite celebrari queant. Haec decernimus, edicimus, statuentes praesentes Litteras firmas, validas atque efficaces iugiter exstare ac permanere; suosque plenos atque integros effectus sortiri et obtinere, illisque ad quos pertinent seu pertinere poterunt, plenissime suffragari; sicque rite iudicandum esse ac definiendum; irritumque ex nunc et inane fieri si quidquam secus super his a quovis, auctoritate qualibet, scienter sive ignoranter contigerit attentari. Contrariis non obstantibus quibuslibet.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub anulo Piscatoris, die XII mensis Septembris, an. MCMXXXXII, Pontificatus Nostri quarto.

A. Card. MAGLIONE, *a Secretis Status.*

# ALLOCUTIONES

## I

AD PRAELATOS AUDITORES CETEROSQUE OFFICIALES ET ADMINISTROS TRIBUNALIS S. ROMANAE ROTAE NECNON EIUSDEM TRIBUNALIS ADVOCATOS ET PROCURATORES. *

Il vedervi intorno a Noi, diletti figli, convenuti per l'inaugurazione del nuovo anno giuridico della S. R. Rota, è per l'animo Nostro un augurio e un conforto, non solo per quel che l'accurata e saggia parola del degnissimo vostro Decano Ci ha manifestato sopra i vostri lavori e le molteplici cause trattate, ma più ancora perchè a questa adunanza di omaggio filiale è preceduta la devota rituale invocazione dei carismi dello Spirito Santo, Spirito mandato dal Padre [1] e da Cristo [2] a rinnovare la faccia della terra. [3] Oh se la faccia della terra, sotto il moto di questo vivifico Spirito, che si librava sulle originarie tenebre dell'abisso, anche oggi si rinnovasse! Oh se il mondo dell'umanità, turbato dai disastrosi urti dei popoli e delle nazioni, si rinnovasse in una primavera di giustizia e di pace! Ma certo lo Spirito di Dio, che rinnova a Noi la letizia di parlare a voi, rinnova in voi la vita e il vigore delle forze per le fatiche sapienti che vi aspettano a tutela del diritto e della giustizia in mezzo al popolo cristiano; laddove la Nostra parola rafferma, come se le rinnovasse, la dignità e l'autorità che al Tribunale della S. R. Rota i Nostri Predecessori vollero assegnate e affidate.

Lo Spirito di Cristo, Redentore del genere umano, che col suo Vangelo elevò a più alta perfezione la fede e il culto del vero Dio, rinnovò anche il costume morale dell'uomo e del coniugio umano, restaurando il matrimonio nella sua unità e indissolubilità, che sono, come parlano i fatti, la più estesa materia delle vostre sentenze giudiziarie. Delle condizioni del matrimonio per la sua validità, degl'impedimenti e degli effetti del vincolo coniugale (salvo la competenza dello Stato riguardo agli effetti meramente civili) è custode e difenditrice la Chiesa con la sua autorità, ricevuta dal divin Fondatore e supremamente impersonata nel Romano Pontefice.

1. Nelle cause concernenti la incapacità psichica o somatica di contrarre le nozze, non meno che in quelle riguardanti la dichiarazione di

* Habita die 1 mensis Octobris a. 1942.

[1] Ioa. XIV, 26.

[2] Ioa. XVI, 7.

[3] Ps. CIII, 30.

nullità del matrimonio o lo scioglimento, in taluni determinati casi, del vincolo validamente contratto, Noi, nel discorso pronunziato dinanzi a voi l'anno passato, avemmo ad osservare come occorra la *certezza morale*. L'importanza dell'argomento Ci fa stimar utile di esaminare più accuratamente questo concetto; poichè, a norma del can. 1869 § 1, si richiede la certezza morale circa lo stato di fatto della causa da giudicare acciocchè il giudice possa procedere a pronunziare la sua sentenza. Ora tale certezza, la quale si appoggia sulla costanza delle leggi e degli usi che governano la vita umana, ammette vari gradi.

Vi è una certezza assoluta, nella quale ogni possibile dubbio circa la verità del fatto e la insussistenza del contrario è totalmente escluso. Tale assoluta certezza però non è necessaria per proferire la sentenza. In molti casi raggiungerla non è possibile agli uomini; l'esigerla equivarrebbe al richiedere cosa irragionevole dal giudice e dalle parti: importerebbe il gravare l'amministrazione della giustizia al di là di una tollerabile misura, anzi ne incepperebbe in vasta proporzione la via.

In opposizione a questo supremo grado di certezza il linguaggio comune chiama non di rado certa una cognizione che, strettamente parlando, non merita un tale appellativo, ma deve qualificarsi come una maggiore o minore probabilità, perchè non esclude ogni ragionevole dubbio e lascia sussistere un fondato timore di errare. Questa probabilità o quasi-certezza non offre una base sufficiente per una sentenza giudiziaria intorno alla obbiettiva verità del fatto.

In tal caso, quando cioè la mancanza di certezza circa il fatto da giudicare impedisce di pronunziare un giudizio positivo sul merito della causa, la legge, ed in particolare l'ordinamento dei processi, danno al giudice regole obbligatorie sopra il modo di procedere, nelle quali le *praesumptiones iuris* e i *favores iuris* hanno una importanza decisiva. Di queste regole di diritto e di procedura il giudice non può non tener conto. Sarebbe però da riguardarsi come una esagerata o erronea applicazione di tali norme e come una falsa interpretazione della volontà del legislatore, se il giudice volesse a quelle ricorrere, quando si ha non solo una quasi-sicurezza, ma una certezza nel proprio e vero senso. Contro la verità e la sua sicura conoscenza non si danno nè presunzioni nè favori di diritto.

Tra la certezza assoluta e la quasi-certezza o probabilità sta, come tra due estremi, quella *certezza morale*, della quale d'ordinario si tratta nelle questioni sottoposte al vostro foro, ed a cui Noi qui intendiamo principalmente di riferirCi. Essa, nel lato positivo, è caratterizzata da ciò, che esclude ogni fondato o ragionevole dubbio e, così considerata, si distingue

essenzialmente dalla menzionata quasi-certezza; dal lato poi negativo, lascia sussistere la possibilità assoluta del contrario, e con ciò si differenzia dall'assoluta certezza. La certezza, di cui ora parliamo, è necessaria e sufficiente per pronunziare una sentenza, anche se nel caso particolare sarebbe possibile di conseguire per via diretta o indiretta una certezza assoluta. Solo così può aversi una regolare e ordinata amministrazione della giustizia, che proceda senza inutili ritardi e senza eccessivo gravame del tribunale non meno che delle parti.

2. Talvolta la certezza morale non risulta se non da una quantità di indizi e di prove, che, presi singolarmente, non valgono a fondare una vera certezza, e soltanto nel loro insieme non lasciano più sorgere per un uomo di sano giudizio alcun ragionevole dubbio. Per tal modo non si compie in nessuna guisa un passaggio dalla probabilità alla certezza con una semplice somma di probabilità; il che importerebbe una illegittima transizione da una specie ad un'altra essenzialmente diversa: *εἰς ἄλλο γένος μετάβασις;*[4] ma si tratta del riconoscimento che la simultanea presenza di tutti questi singoli indizi e prove può avere un sufficiente fondamento soltanto nell'esistenza di una comune sorgente o base, dalla quale derivano: cioè nella obbiettiva verità e realtà. La certezza promana quindi in questo caso dalla saggia applicazione di un principio di assoluta sicurezza e di universale valore, vale a dire del principio della ragione sufficiente. Se dunque nella motivazione della sua sentenza il giudice afferma che le prove addotte, considerate separatamente, non possono dirsi sufficienti, ma, prese unitamente e come abbracciate con un solo sguardo, offrono gli elementi necessari per addivenire ad un sicuro giudizio definitivo, si deve riconoscere che tale argomentazione in massima è giusta e legittima.

3. Ad ogni modo, questa certezza va intesa come certezza obbiettiva, cioè basata su motivi oggettivi; non come una certezza puramente soggettiva, che si fonda sul sentimento o sulla opinione meramente soggettiva di questo o di quello, forse anche su personale credulità, sconsideratezza, inesperienza. Una tale certezza morale oggettivamente fondata non si ha, se vi sono per la realtà del contrario motivi, che un sano, serio e competente giudizio dichiara come, almeno in qualche modo, degni di attenzione, e i quali per conseguenza fanno sì che il contrario debba qualificarsi come non soltanto assolutamente possibile, ma altresì, in qualche maniera, probabile.

Per rendere sicura la oggettività di questa certezza, il diritto proces-

[4] Aristotel. *De coelo* I, 1

suale stabilisce ben definite regole d'inchieste e di prove. Si richiedono determinate prove o corroboramenti di prove; altre sono invece indicate per insufficienti; [5] si costituiscono speciali uffici e persone, incaricati durante il procedimento di tenere innanzi agli occhi, affermare e difendere determinati diritti o fatti. [6] Che cosa è questo se non un giusto formalismo giuridico, che riguarda talvolta più il lato materiale, tal altra più il lato formale del processo o del caso giuridico?

La coscienziosa osservanza di tali norme è un dovere del giudice; ma, d'altra parte, nella loro applicazione egli ha da tener presente che non sono fine a se stesse, bensì mezzi al fine, vale a dire per procurare e assicurare una certezza morale oggettivamente fondata circa la realtà del fatto. Non deve avvenire che ciò che secondo la volontà del legislatore ha da essere un aiuto e una garanzia per la scoperta della verità, ne divenga invece un impedimento. Qualora l'osservanza del diritto formale si tramutasse in una ingiustizia o in una mancanza di equità, è sempre possibile il ricorso al legislatore.

4. Di qui voi vedete perchè nella moderna procedura giudiziaria, anche ecclesiastica, non sia posto in prima linea il principio del formalismo giuridico, ma la massima del libero apprezzamento delle prove. Il giudice deve — senza pregiudizio delle menzionate prescrizioni processuali — decidere secondo la sua propria scienza e coscienza se le prove addotte e la inchiesta ordinata sono o no sufficienti, [7] bastevoli cioè alla necessaria certezza morale circa la verità e la realtà del caso da giudicare.

Senza dubbio possono talvolta sorgere conflitti tra il « formalismo giuridico » e il « libero apprezzamento delle prove », ma essi sono nella maggior parte dei casi soltanto apparenti e quindi d'ordinario non difficilmente solubili. Giacchè, come una è la verità obbiettiva, così anche la certezza morale obbiettivamente determinata non può essere che una sola. Non è dunque ammissibile che un giudice dichiari di avere personalmente, in base agli atti giudiziari, la morale certezza circa la verità del fatto da giudicare, e al tempo stesso deneghi, in quanto giudice, sotto l'aspetto del diritto processuale, la medesima obbiettiva certezza. Tali contrasti dovrebbero piuttosto indurlo a un ulteriore e più accurato esame della causa. Essi derivano non di rado dal fatto che alcuni lati della questione, i quali acquistano il loro pieno rilievo e valore soltanto considerati nell'insieme, non sono stati rettamente valutati, ovvero che le norme giuri-

[5] Cfr. C. I. C. libr. IV, p. 1, tit. X *De probationibus*, can. 1747-1836. Come anche varie disposizioni particolari del diritto criminale e matrimoniale.

[6] Cfr. can. 1585-1590.

[7] Cfr. can. 1869 § 3.

dico-formali sono state interpretate inesattamente o applicate contro il senso e la intenzione del legislatore. Ad ogni modo, la fiducia, che i tribunali debbono godere nel popolo, esige che vengano evitati e risolti, sempre che sia in qualche maniera possibile, simili conflitti tra l'opinione ufficiale dei giudici e i sentimenti ragionevoli del pubblico specialmente colto.

5. Ma, perchè la certezza morale ammette, come abbiamo detto, vari gradi, quale grado il giudice può o deve esigere per essere in stato di procedere ad emanar la sentenza? Primieramente deve in tutti i casi accertarsi, se si abbia in realtà una certezza morale oggettiva, se cioè sia escluso ogni ragionevole dubbio circa la verità. Una volta ciò assicurato, egli, di regola, non deve chiedere un più alto grado di certezza, se non quando la legge, massime a cagione della importanza del caso, lo prescriva.[8] Potrà bensì talora la prudenza consigliare che il giudice, quantunque non si abbia una espressa disposizione di legge, in cause di più grave momento non si appaghi di un grado infimo di certezza. Se però, dopo seria considerazione ed esame, si avrà una sicurezza corrispondente alle prescrizioni legali e all'importanza del caso, non si dovrà insistere, con notevole aggravio delle parti, perchè si adducano nuove prove per raggiungere un grado ancor più elevato. L'esigere la più grande possibile sicurezza, nonostante la corrispondente certezza che già esiste, non ha giusta ragione ed è da respingersi.

Con questa esposizione del Nostro pensiero sopra un punto così delicato dell'ufficio del giudice, intendiamo di salutare, encomiare e ringraziare in voi i sagaci membri di cotesto insigne Collegio e Tribunale della cristiana giurisprudenza, in voi i quali non solo non ignorate, ma praticate la sentenza dell'Angelico Dottore che *unusquisque debet niti ad hoc quod de rebus iudicet, secundum quod sunt.*[9] Perchè la verità val quanto l'entità e la realtà: onde il nostro intelletto, che prende la scienza dalle cose, ne prende ancora la regola e la misura secondo che le cose sono o non sono; di modo che la verità è la legge della giustizia.[10] Il mondo ha bisogno della verità che è giustizia, e di quella giustizia che è verità; perchè la giustizia è, disse già il gran Filosofo di Stagira, *et in bello et in pace utilis*: καὶ ἐν πολέμῳ καὶ ἐν εἰρήνῃ χρήσιμος.[11] L'eterno Sole di giustizia illumini la terra e i suoi reggitori; e in voi, a gloria di Dio e della Chiesa e del popolo cristiano, scorga ogni passo nella

[8] Cfr. can. 1869 § 3 e can. 1791 § 2.

[9] *Summa Theol.* 2ª 2ae p. q. 60 a. 4 ad 2.

[10] Cfr. *Summa Theol.* 1 p. q. 21 a. 2.

[11] ARISTOTEL. *Rhetoric.* I, 9.

ricerca della realtà di quel vero, che tranquilla nella morale certezza il volto della giustizia.

Mentre pertanto, con questo sacro auspicio, invochiamo sopra tutti e ciascuno di voi i più luminosi favori della divina Sapienza, con effusione di paterno affetto v'impartiamo la Nostra Apostolica Benedizione.

## II

AD SODALES SOCIETATIS ITALICAE SCIENTIIS PROVEHENDIS, QUI ROMAE XLI CONVENTUM EGERUNT. *

Graditissimo torna all'animo Nostro, illustri scienziati, il vedervi qui riuniti intorno a Noi, quasi a corona del vostro sapiente convegno per il progresso delle scienze, le quali con nuovi orientamenti muovono, per nuovi sentieri e campi, a nuovi indirizzi e mete. La vostra presenza e la vostra accolta d'insigni indagatori dell'universo ci sollevano dal progresso delle scienze a quel Dio onniscente: *Deus scientiarum, Dominus,* che nella creazione dell'universo con l'onnipotenza della sua parola segnò il progresso della origine delle cose in quei gran giorni, di cui voi scovate i tramonti e le aurore nelle viscere e sulla faccia del mondo. Ultimo apparso su questa terra, data al genere umano da coltivare per il suo pane, l'uomo, straniero al passato, fa il cammino a ritroso nel passato, investigando e indagando nell'opera di Dio le orme di lui, lasciate nelle tendenze delle cose e nelle fasi della evoluzione del globo, come leggi della sua divina sapienza, alla quale è figlia ogni scienza umana, ogni esplorazione e conquista, ogni possesso e utilità del mondo fisico. Conquistatore dell'aereo regno dell'aquila, domatore dei flutti dell'oceano, scrutatore del seno combusto della terra, l'uomo della scienza diviene vanto e gloria del genere umano, «che di vederlo in se stesso s'esalta» e ammira in lui uno dei promotori della grandezza e della civiltà umana.

Il noto detto «Inter arma silent Musae» (adattamento della ben conosciuta sentenza ciceroniana,[1]) ha oggidì più che mai un senso soltanto relativo, poichè la moderna condotta della guerra si fonda in larga misura sulla scienza e la pone al suo servigio. Senza dubbio il progresso delle scienze a nuove mete, sorretto dalle poderose meraviglie della tecnica, è in se stesso un progresso di luce sulle occulte vie di Dio per trarne bene e frutto e sollievo al vivere civile e alla potenza della patria

* Habita die 3 mensis Octobris a. 1942.

[1] Cfr. CICER. *Pro Milone* IV, 10.

e a salvezza e difesa nei pubblici cimenti. Perciò Noi godiamo di salutare l'alta scienza in voi, che nel vostro Congresso avete portato in campo anche indagini e cognizioni di là dal tempo che passa e dal momento che fugge, per quell'impulso spirituale che vi sospinge a nuovi orizzonti al di sopra delle cose visibili.

L'assidua attuazione della massima « vitam impendere vero »,[2] la infaticabile dedizione al servigio della scienza, la lotta per la conquista di sempre più perfette cognizioni, non meno che la sistematica loro applicazione alle ognora crescenti esigenze della vita, non solo materiale ed economica, ma altresì etica e religiosa, costituiscono una missione alla quale le classi dirigenti nel campo scientifico non possono sottrarsi senza irreparabili danni per il Paese e per il popolo.

Mantener desta la coscienza di questa non meno onorifica che grave missione, così nella cerchia di coloro che professano le stesse vostre discipline, come nel sentimento del popolo, è stato uno dei più elevati scopi del vostro Congresso.

I pensatori e gl'indagatori, gl'inventori e i costruttori, i letterati e i filosofi, i giuristi e gli storici italiani, avanzando con intelletto e animo ardimentoso, e gareggiando con altre Nazioni nel multiforme arringo della ricerca scientifica, hanno scritto a caratteri d'oro i loro nomi nella storia dell'umanità.

Noi abbiamo piena fiducia che alla presente generazione di cultori delle scienze, oggi qui dinanzi a Noi così degnamente rappresentati, sia dato in un avvenire non lontano di dedicare tutta la forza del loro intelletto, tutto l'idealismo della loro volontà, a ciò che, dopo la più formidabile delle guerre, in feconda unione con gli onesti di tutti i Paesi, sorga nel mondo un nuovo ordine di giustizia e di pace, alieno da tutto ciò che è eccessivo, iniquo ed ingiusto; ordine che anche il popolo italiano possa salutare con letizia dal profondo della sua fede, del suo pensiero e del suo sentimento, come rispondente alle sue più gloriose tradizioni religiose e civili.

Il giorno, in cui la scienza, con tutte le innovazioni, le invenzioni e le esperienze straordinariamente accresciutesi negli anni dell'immane conflitto, potrà collaborare alla titanica opera di ricostruzione a vantaggio della grande famiglia umana, trasformando la sua potenzialità di guerra in potenzialità di pace, sarà per tutti i suoi veri discepoli giorno di pura e indicibile gioia.

La Chiesa, amica di ogni verità, non è nè può essere nemica o avversa

[2] Iuvenal. *Satir.* IV, 91.

al vero progresso delle scienze, non mai valevole a contrariare e ad offendere la fede di Cristo, mentre anzi si giova della investigazione dei cieli, dei calcoli matematici, delle invenzioni fisiche e industriali, delle arti dell'ingegno, di quanto moltiplica la parola e vince il tempo e lo spazio, delle speculazioni della filosofia e del diritto. Noi, pertanto, Vicario di Cristo, « in cui sono riposti tutti i tesori della sapienza e della scienza »,[3] mentre auguriamo a ciascuno di voi, ed in primo luogo al degnissimo vostro Presidente, luminare della sapienza giuridica, quella copia di favori, che vi illumini, vi guidi e vi accompagni nei passi avanzanti sui sentieri del sapere, invochiamo su di voi, sulle vostre famiglie, su quanti vi sono cari, sui vostri studi, sui vostri sforzi nel progresso scientifico, le più abbondanti benedizioni di Dio.

[3] *Coloss.* II, 3.

## PREGHIERA DI S. S. PIO XII

### CONSACRAZIONE AL CUORE IMMACOLATO DI MARIA

Regina del Santissimo Rosario, ausilio dei cristiani, rifugio del genere umano, vincitrice di tutte le battaglie di Dio! supplici ci prostriamo al vostro trono, sicuri di impetrare misericordia e di ricevere grazie e opportuno aiuto e difesa nelle presenti calamità, non per i nostri meriti, dei quali non presumiamo, ma unicamente per l'immensa bontà del vostro materno Cuore.

A voi, al vostro Cuore Immacolato, in quest'ora tragica della storia umana, ci affidiamo e ci consacriamo, non solo in unione con la Santa Chiesa, corpo mistico del vostro Gesù, che soffre e sanguina in tante parti, e in tanti modi tribolata, ma anche con tutto il mondo straziato da feroci discordie, riarso in un incendio di odio, vittima della propria iniquità.

Vi commuovano tante rovine materiali e morali; tanti dolori, tante angoscie di padri e di madri, di sposi, di fratelli, di bambini innocenti; tante vite in fiore stroncate; tanti corpi lacerati nell'orrenda carneficina; tante anime torturate e agonizzanti, tante in pericolo di perdersi eternamente!

Voi, o Madre di misericordia, impetrateci da Dio la pace! e anzitutto quelle grazie che possono in un istante convertire i cuori umani, quelle grazie che preparano, conciliano, assicurano la pace! Regina della pace, pregate per noi e date al mondo in guerra la pace che i popoli

sospirano, la pace nella verità, nella giustizia, nella carità di Cristo. Dategli la pace delle armi e la pace delle anime, affinchè nella tranquillità dell'ordine si dilati il regno di Dio.

Accordate la vostra protezione agli infedeli e a quanti giacciono ancora nelle ombre della morte; concedete loro la pace e fate che sorga per essi il Sole della verità, e possano, insieme con noi, innanzi all'unico Salvatore del mondo ripetere: *Gloria a Dio nel più alto dei cieli e pace in terra agli uomini di buona volontà!* [1]

Ai popoli separati per l'errore o per la discordia, e segnatamente a coloro che professano per Voi singolare devozione, e presso i quali non c'era casa ove non si tenesse in onore la vostra veneranda icone (oggi forse occultata e riposta per giorni migliori), date la pace e riconduceteli all'unico ovile di Cristo, sotto l'unico e vero Pastore.

Ottenete pace e libertà completa alla Chiesa santa di Dio; arrestate il diluvio dilagante del neopaganesimo; fomentate nei fedeli l'amore alla purezza, la pratica della vita cristiana e lo zelo apostolico, affinchè il popolo di quelli che servono Dio aumenti in meriti e in numero.

Finalmente, siccome al Cuore del vostro Gesù furono consacrati la Chiesa e tutto il genere umano, perchè, riponendo in Lui ogni speranza, Egli fosse per loro segno e pegno di vittoria e salvezza; così parimenti noi in perpetuo ci consacriamo anche a Voi, al vostro Cuore Immacolato, o Madre nostra e Regina del mondo: affinchè il vostro amore e patrocinio affrettino il trionfo del Regno di Dio, e tutte le genti, pacificate tra loro e con Dio, Vi proclamino beata, e con Voi intonino, da un'estremità all'altra della terra, l'eterno *Magnificat* di gloria, amore, riconoscenza al Cuore di Gesù, nel quale solo possono trovare la Verità, la Vita e la Pace.

Sua Santità si è benignamente degnata di concedere l'indulgenza parziale di 3 anni ai fedeli che devotamente reciteranno questa preghiera, e l'indulgenza plenaria, da lucrarsi una volta al mese, alle solite condizioni, da chi l'avrà recitata ogni giorno. — 17 novembre 1942.

[1] Luc. 2, 14.

# ACTA SS. CONGREGATIONUM

## SACRA CONGREGATIO DE PROPAGANDA FIDE

### INSTRUCTIO

DE NOVIS PRAEFECTURIS AUT VICARIATIBUS APOSTOLICIS AUT DIOECESIBUS CONDENDIS.

Antequam haec S. Congregatio de Propaganda Fide de novis erigendis Missionibus decernat, omnes notitias ad hanc rem spectantes diligenter requirere solet. Ne autem illae in superfluis abundent aut in necessariis deficiant, haec, quae sequuntur, prae oculis habenda erunt.

1. Breviter exponantur quae ad Missionum catholicarum historiam in regione, de qua sermo est, referuntur, et rationes quae suadent novam erectionem.

2. Dentur: *nomen* novae Missionis et *gradus* (Praefecturae, Vicariatus, Dioecesis); *superficies; confinia* territorii quibus nova Missio contineri debet, et gradus latitudinis et longitudinis intra quos includenda est; *charta* chorographica etiam coloribus distincta, ac, siquidem haberi possit, typis edita. Quantum fieri potest, curandum erit ut fines novae Missionis iidem sint ac limites civiles vel Status, vel Provinciae, vel Districtus, etc., vel, si casus ferat, ut secundum tribus determinatas, aut linguas, statuantur. Quamvis enim compertum sit, aliam divinarum, alia humanarum rerum rationem esse, ideoque Ecclesiam, in Missionum limitibus constituendis vel immutandis, civiles divisiones sequi non teneri, nihilominus eis aptari non renuendum est, quoties opportunius et commodius sacri ministerii exercitium id requirat.

3. Referantur forma gubernii civilis, divisiones civiles territorii, numerus principalium civitatum regionis; numerus incolarum eorumque stirpes et linguae; insuper quae spes affulgeat progressus Evangelicae praedicationis inter ipsos.

4. Numerus catholicorum, et utrum fidem et observantiam sanctae religionis practice colant.

5. Quot missionarii in promptu sint, qui in territorio commorantur;

quam ad gentem pertineant, quas linguas calleant, et ex quo tempore morentur in Missionibus.

6. An et quot adsint sacerdotes indigenae; an convenienter instituti.

7. An in territorio adsint haeretici vel schismatici, et an eorum errores sint valde diffusi.

8. An et quot sint inibi scholae aliave instituta ab acatholicis erecta.

9. An libere possit per ea loca praedicari et exerceri catholica religio, et quaenam impedimenta forte obstent eius progressui, sive ex parte civilis gubernii, sive ex parte haereticorum aut schismaticorum aut paganorum.

10. An catholici reperiantur consociati in aliquibus territorii tractibus, vel contra per totam regionem dispersi inter acatholicos versentur.

11. Qua in urbe vel loco constituenda proponatur residentia Ordinarii; atque utrum et in quo statu adsint inibi Ecclesia et domus, in qua novus praesul commorari debeat.

12. Indicetur numerus et status ecclesiarum et sacellorum, quae in territorio erecta sunt; an sint sacra supellectili instructa, et utrum, saltem in praecipuis ecclesiis vel sacellis rite asservari possit Ssmum Eucharistiae Sacramentum: an habeant coniunctum presbyterium, aut saltem in iisdem locis conveniens mansio pro sacerdote procurari possit: denique an praedictae ecclesiae reditus habeant, et quos; qua ratione reditus administrentur.

13. Qui reditus Missioni novae assignari possint et quo modo provideri valeat sustentationi Ordinarii et missionariorum.

14. An incolae catholici oblationes pro Missione alenda conferre valeant.

15. Utrum obtineri possint subsidia a civili Gubernio ad fabricam ecclesiarum, ad victum sacerdotum et ad dotationem Operum, salva libertate et independentia Ecclesiae.

16. An adsint catechistae et quidem eo numero, qui sufficiat ad subsidium ferendum sacerdotibus in cura populi christiani, et an necessaria instructione praediti sint.

17. An et quot Instituta religiosa sive virorum sive mulierum iam adlaborent in regione; quodnam ministerium exerceant religiosi viri; quaenam opera religiosae mulieres.

18. An seminarium clericorum erectum sit, et necessaria praesidia ad iuvenes alendos, religiose educandos, et disciplinis ecclesiasticis rite instituendos comparari possint; sin autem, an spes sit idoneos iuvenes mittendi ad aliquod seminarium extra Missionem, ut ecclesiasticam educationem in eo recipiant.

19. An adsint scholae catholicae vel convictus sive masculorum sive foeminarum praesertim indigenarum, et utrum in ea admittantur alumni diversi cultus: si omnino desint, an facile aperiri possint.

20. An in territorio erecta sint Confraternitates, Hospitalia, Orphanotrophia, Catechumenatus, aliave pia loca, an rite regantur et quibus subsidiis, et an ab ecclesiastica auctoritate exclusive dependeant.

21. Si nova Missio ex dismembratione alterius Missionis constituatur, huius nomen et gradus indicetur atque insuper de divisione bonorum immobilium et mobilium iuxta can. 1500 C. I. C. ratio detur.

*NB.* - Haec quidem capita praecipua sunt, ad quae clare et distincte respondere tenentur ii, ad quos pertinent, si quando nova aliqua Missio erigenda Sacrae Congregationi proponatur; atque etiam ii, qui super huiusmodi negotio suam sententiam rogantur. Erit autem Sacri huius Consilii expendere, an ea sit rerum conditio, quae memoratam erectionem suadeat ut bono fidelis populi et conversioni acatholicorum consulatur.

Datum Romae, ex Aedibus S. C. de Propaganda Fide, die XXI Iunii a. D. MCMXXXXII.

P. Card. Fumasoni Biondi, *Praefectus*

L. ✠ S.

† C. Costantini, Archiep. tit. Theodosiopolitan., *Secretarius*.

# ACTA TRIBUNALIUM

## SACRA ROMANA ROTA

### *Citatio edictalis*

### PARISIEN.

NULLITATIS MATRIMONII (DU JEU - BAUDE)

Cum ignoretur locus actualis commorationis Domini Georgii Baude, in causa conventi, eundem citamus ad comparendum, sive per se, sive per Procuratorem legitime constitutum, in sede Tribunalis S. R. Rotae (Roma, Palazzo della Cancelleria) die 23 Februarii 1943 hora 11, ad concordandum de dubio disputando, vel infrascripto subscribendum, et ad diem designandam, qua habebitur Turnus Rotalis pro causae definitione :

*An constet de matrimonii nullitate in casu.*

Ordinarii locorum, parochi, sacerdotes et fideles quicumque notitiam habentes de loco commorationis praedicti Domini Georgii Baude, curare debent, ut de hac edictali citatione ipse moneatur. *

Ioannes Teodori, *Ponens.*

Ex Cancellaria Tribunalis S. R. Rotae, die 29 Octobris 1942.

Ioannes M. Pinna, *Notarius.*

* Etant inconnu le lieu de la demeure actuelle de Mr George Baude, défendeur en cette cause, nous le citons à comparaître, par propre personne ou par un procureur légitimement constitué, au siège du Tribunal de la S. Rote Romaine (Roma, Palazzo della Cancelleria), le 23 février 1943, à 11 heures, pour concorder ou souscrire le doute ci-dessus rapporté, et fixer le jour de la décision de la cause devant la Rote.

*Conste-t-il de la nullité du mariage dans le cas?*

Les Ordinaires des lieux, les curés, les prêtres, les fidèles ayant connaissance du lieu de la résidence du dit Mr George Baude devront, dans la mesure du possible, l'avertir de la presente citation.

# DIARIUM ROMANAE CURIAE

## SEGRETERIA DI STATO

### NOMINE

Con Biglietto della Segreteria di Stato, in data 23 ottobre 1942, il Santo Padre Pio XII, felicemente regnante, si è degnato di nominare il Revmo Padre Mariano Cordovani, dell'Ordine dei Frati Predicatori, Maestro del Sacro Palazzo, *Teologo della Segreteria di Stato* « ***ad personam*** » e « ***durante munere*** ».

Con Biglietti della Segreteria di Stato, il Santo Padre Pio XII, felicemente regnante, si è degnato di nominare:

*Camerieri segreti soprannumerari di S. S.*:

15 giugno 1939. Monsig. Giuseppe Młodochowski, della diocesi di Tarnovia.
15 luglio 1940. Monsig. Faustino B. Falconì, della diocesi di Ayacucho.
» » 1941. Monsig. Zoltano Nyisztor, della diocesi di Szatmar.
20 maggio 1942. Monsig. Angelo Mastrangeli, della diocesi suburbicaria di Palestrina.
» » » Monsig. Nazareno Marianecci, della medesima diocesi.
5 giugno » Monsig. Zelindo Pellati, della diocesi di Reggio Emilia.
» » » Monsig. Giuseppe Bonacini, della medesima diocesi.
13 » » Monsig. Cesare Maffei, dell'archidiocesi di Benevento.
» » » Monsig. Giovanni K. Mussio, dell'archidiocesi di Cincinnati.
21 » » Monsig. Enrico Ortolani, della diocesi di Foligno.
» » » Monsig. Calogero Guttilla, dell'archidiocesi di Palermo.
» » » Monsig. Matteo Fasano, dell'archidiocesi di Torino.
» » » Monsig. Domenico Cordeschi, della diocesi di Nepi.
» » » Monsig. Giuseppe Casonato, della diocesi di Treviso.
» » » Monsig. Francesco Berardi, della diocesi di Asti.
» » » Monsig. Enrico Martinengo, dell'archidiocesi di Vercelli.
27 » » Monsig. Giovanni Battista Ottonello, della diocesi di Pinerolo.
» » » Monsig. Giulio Bonatto, della medesima diocesi.
» » » Monsig. Gaudenzio Losano, della medesima diocesi.
» » » Monsig. Edoardo Aragno, della diocesi di Savona.
8 luglio » Monsig. Salvatore Celli (Roma).
» » » Monsig. Ottone Loeb, della diocesi di Little Rock.
» » » Monsig. Giacomo E. O'Connell, della medesima diocesi.
» » » Monsig. Cornelio E. Murphy, della diocesi di Raleigh.

8 luglio 1942. Monsig. Pietro McNerney, della medesima diocesi.
» » » Monsig. Giuseppe Lennox Federal, della medesima diocesi.
» » » Monsig. Luigi J. Bour, della medesima diocesi.
28 » » Monsig. Giovanni Viarigi, della diocesi di Iglesias.
» » » Monsig. Giovanni Battista Marongiu, della diocesi di Ozieri.
30 » » Monsig. Howard J. Carroll, della diocesi di Pittsburg.
» » » Monsig. Alberto Oesch, della diocesi di S. Gallo.
» » » Monsig. Alberto Santucci, dell'archidiocesi di Lucca.
» » » Monsig. Luigi Frediani, della diocesi di Senigallia.
6 agosto » Monsig. Carlo Mikerić, dell'archidiocesi di Zagabria.
» » » Monsig. Stefano Popović, della medesima archidiocesi.
» » » Monsig. Edvino Dubler, della diocesi di Basilea e Lugano.
» » » Monsig. Maurizio Caleri, della diocesi di Montepulciano.
13 » » Monsig. Giovanni Marchetti, della diocesi di Todi.
» » » Monsig. Alfonso Cervone, della diocesi di Penne e Atri.
» » » Monsig. Antonio Pagliughi, della diocesi di Bobbio.
3 settembre » Monsig. Terenzio Cecchini, della diocesi di Pesaro.
» » » Monsig. Cesare Bruscolini, della medesima diocesi.
» » » Monsig. Angelo Moretti, dell'archidiocesi di Lucca.
» » » Monsig. Pietro Bandettini, della medesima archidiocesi.
19 » » Monsig. Carlo Marra, della diocesi di Susa.
8 ottobre » Monsig. Socrate Cardarelli, della diocesi di Grosseto.
» » » Monsig. Guglielmo Betti, della diocesi di Pesaro.

*Camerieri d'onore in abito paonazzo di S. S.:*

15 maggio 1941. Monsig. Giulio Lang, della diocesi di Szatmar.
» » » Monsig. Michele Bart, della medesima diocesi.
» » » Monsig. Ludovico Szentmihaly, della medesima diocesi.
17 agosto » Monsig. Adalberto Schmiedt, della medesima diocesi.
8 luglio 1942. Monsig. Giuseppe Morinelli, dell'Abbazia della Ssma Trinità di Cava dei Tirreni.
» » » Monsig. Arsenio Peccatiello, della medesima Abbazia.
28 » » Monsig. Abramo Gigli, della diocesi di Recanati e Loreto.
13 agosto » Monsig. Giovanni Marchio, della diocesi di Trieste e Capodistria.
23 settembre » Monsig. Giuseppe Zoli, della diocesi di Faenza.

*Camerieri d'onore di spada e cappa soprannumerari di S. S.:*

20 luglio 1939. Il sig. Gustavo Berbantini (Roma).
27 giugno 1942. Il sig. Ferdinando Piancastelli, della diocesi di Faenza.
» » » Il sig. Arturo Ignesti (Roma).

# CODEX IURIS CANONICI

**PII X PONTIFICIS MAXIMI** iussu digestus, **BENEDICTI PAPAE XV** auctoritate promulgatus, praefatione Emi PETRI Card. GASPARRI et indice analytico-alphabetico auctus.

| | Roma L. | Italia L. | Estero L. |
|---|---|---|---|
| — (T) **Editio in-32°** (cm. 8×12), charta subtili non translucida; fol. LXVIII-939. *Linteo contectum* | 24 — | 25,50 | 26,50 |
| — (A) **Editio in-18°** (cm. 9½×15), charta subtili non translucida; fol. LXXII-918 | 14 — | 15 — | 16 — |
| — (B) *Linteo contectum, angulis rotundatis* | 20 — | 21,50 | 23,50 |
| — (C) **Editio in-18°** (cm. 9×14), charta indica; fol. LXXII-918. – *Linteo contectum* | 25 — | 26,50 | 27,50 |
| — (E) **Editio in-12°** (cm. 12½×19½); fol. XLIV-854 | 15 — | 16,50 | 20,50 |
| — (F) *Linteo contectum, angulis rotundatis* | 23 — | 24,50 | 28,50 |
| — (P) *Volumen partim corio, partim linteo contectum* | 37 — | 38,50 | 42,50 |
| — (L) **Editio in-12° cum Fontium annotatione** (cm. 12 ½×19 ½), fol. XLVIII-932; charta indica (in fogli piegati) | 30 — | 31,50 | 35 — |
| — (M) Idem, charta indica, *linteo contectum* | 38 — | 39,50 | 43 — |
| — (R) *Volumen partim corio, partim linteo contectum* | 52 — | 53,50 | 57,50 |
| — (O) **Editio in-8° cum Fontium annotatione** (cm. 16 ½×26), charta crassiore; fol. XLVII-784 | 40 — | 43 — | 50 — |
| — (S) *Volumen partim corio, partim linteo contectum* | 70 — | 73 — | 80 — |

**DISCORSI DEL SOMMO PONTEFICE PIO XII** dal 3 marzo 1939 al 5 maggio 1940. In-8°, pp. 421, ritratto di S. S. (seconda edizione) 25 — 27,50 30 —

— Vol. II: dall'8 maggio 1940 all'8 ottobre 1941. Pp. 440 e ritratto di S. S. 20 — 22,50 25 —

ACACIUS COUSSA. **EPITOME PRAELECTIONUM DE IURE ECCLESIASTICO ORIENTALI.** – Vol. I. Introductio. De ritibus orientalibus. De fontibus existendi iuris. De sacra hierarchia. In-8°. Pp. XVI-245 50 — 52 — 55 —

— Vol. II. De Monachis et de aliis religiosis recentioris institutionis; De laicis. Pp. XXII-173 25 — 27 — 30 —

**S. ROMANAE ROTAE DECISIONES SEU SENTENTIAE** quae prodierunt anno 1934 cura eiusdem Tribunalis editae. Volumen XXVI. 1942, in-8° grande; pp. VIII-852 120 — 125 — 130 —

**Rationes decimarum Italiae nei secoli XIII e XIV. – TUSCIA,** Vol. II; **Le decime degli anni 1295-1304,** a cura di MARTINO GIUSTI e PIETRO GUIDI. Con nuova carta topografica delle diocesi. 1942, pp. XXXI-428; 1 carta geogr. pieg. (*Studi e Testi, n. 98*) 300 — 300 — 310 —

**Codificazione Canonica Orientale. FONTI.** Serie II. Fascicolo X. - P. PLACIDUS DE MEESTER. **DE MONACHICO STATU** iuxta disciplinam byzantinam - Statuta selectis fontibus et commentariis instructa. - Indices. - 1942, in-8° gr., pp. XL-523 225 — 225 — 235 —

**Ufficio e Messa « Commune unius aut plurium Summorum Pontificum »** approvati dalla S. C. dei Riti con decreto del 9 gennaio 1942, pubblicati negli « Acta Apostolicae Sedis » il 13 aprile, fascicolo num. 4:

**Officium.** In-18°, rosso e nero, carta indiana, grandezza della pagina cm. 7×12, nei margini cm. 19×12,5 0,80 0,80 0,85

**Missa.** In-4°, rosso e nero, grandezza della pagina cm. 14,5×22,5, nei margini cm. 22,5×32 0,60 0,60 0,80

---

Veneunt Romae apud Admin. Commentarii Officialis **" Acta Apostolicae Sedis "**
(*Libreria Vaticana - Città del Vaticano — c/c postale N. 1-16722*)

**MONITUM** *Omnes - qui nostrum "Acta Apostolicae Sedis,, Commentarium officiale sunt pacti, quibus mense decembri 1942 nomina excidunt et denuo subnotandi voluntas est - ut quam primum subscribant rogantur, ne iisdem ullam missio pro anno 1943 fasciculorum, volumen XXXV complectentium, moram patiatur.*

*In renovanda vero subnotatione ut alteram ex fasciculorum schedulis externis mittant, vel numeros designent nomini ipsi praepositos socii iterum rogantur.*

**Pro Italia L. 50 — Extra Italiam L. it. 70 —**

| | Roma L. | Italia L. | Estero L. |
|---|---|---|---|
| **MISSALE ROMANUM.** Quinta editio post typicam. In-8° grande. In caratteri neri e rubriche in corsivo (cm. 17×26): | | | |
| — In fogli sciolti | 36 — | 39 — | 46 — |
| — (A) Legato in mezza pelle e tela, fogli rossi, segnacoli | 86 — | 89 — | 96 — |
| — (B) Idem, id., fogli oro | 106 — | 109 — | 116 — |
| **MISSALE ROMANUM.** Quarta editio post typicam. Caratteri rossi e neri (cm. 22×31); | | | |
| — In fogli sciolti | 85 — | 90 — | 110 — |
| — (A) Legato in mezza pelle e tela, fogli rossi | 185 — | 190 — | — |
| — (B) Legato in mezza pelle e tela, fogli oro | 205 — | 210 — | — |
| **BREVIARIUM ROMANUM (totum).** Quarta editio post typicam (mm. 176×111). In-12° | | | |
| — In fogli sciolti | 75 — | 77 — | 82 — |
| — (A) Legato in pelle, cucitura fortissima, fogli rossi | 140 — | 143 — | 149 — |
| — (B) Legato in pelle, cucitura fortissima, fogli oro | 155 — | 157 — | 162 — |
| **RITUALE ROMANUM.** *Editio typica* In-18° (mm. 125×76): | | | |
| — In fogli sciolti | 17 — | 19 — | 20 — |
| — (A) Legato in tela nera, taglio rosso | 25 — | 27 — | 28 — |
| — (B) Legato in tela nera, taglio dorato | 29 — | 31 — | 32 — |
| **RITUALE ROMANUM.** *Editio I post typicam* (mm. 156×93). | | | |
| — In fogli sciolti | 25 — | 27 — | 29 — |
| — (A) Legato in tela nera, taglio rosso | 35 — | 37 — | 39 — |
| — (B) Legato in tela nera, taglio dorato | 40 — | 42 — | 44 — |
| **RITUALE PARVUM cum variis benedictionum formulis.** Caratteri neri (mm. 120×71). In fogli sciolti | 3,50 | 4 — | 4,50 |
| — (A) Legato in tela, taglio rosso | 7,50 | 8 — | 9 — |
| **HORAE DIURNAE breviarii romani.** Editio secunda post typicam (mm. 135×85): | | | |
| — In fogli sciolti | 17 — | 19 — | 20 — |
| — (A) Legato in tela, fogli rossi | 25 — | 27 — | 28 — |
| — (B) Legato in tela, fogli dorati | 29 — | 31 — | 32 — |
| **LAUDES FESTIVAE** Lectionarium et Cantarium pro diversitate temporum et festorum. Composuit collegit edidit P. Beatus Reiser, O. S. B. Editio secunda aucta manuscripti instar. 1941, in-12°, pp. XXVII-341. In fogli piegati | 25 — | 26 — | 28 — |
| — Non legato | 26 — | 27 — | 29 — |
| — Legato in tela | 32 — | 33 — | 35 — |

**Veneunt Romae apud Admin. Commentarii Officialis "Acta Apostolicae Sedis,,**
*(Libreria Vaticana - Città del Vaticano — °/₀ postale N. 1-16722)*